CRQ - 4ª REGIÃO
SÃO PAULO
LEI Nº 2.800 DE 18 DE JUNHO DE 1956

JURISPRUDÊNCIA IV

Até Dez/2021

Complemento do manual Defenda a sua Empresa - 12ª edição



Elaborado pela Gerência Jurídica do CRQ-IV/SP

juridico@crqsp.org.br

Direitos Autorais:

Este trabalho foi elaborado pela Gerência Jurídica do Conselho Regional de Química da IV Região, para uso exclusivo das empresas registradas nesta entidade.
Todos os seus direitos estão reservados nos termos da Lei nº 9.610, de 19.02.98, sendo proibida a sua reprodução.

Agosto/2025

ÍNDICE

JURISPRUDÊNCIA 4

1. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO – 7 DECISÕES..... 4

2. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO - 6 DECISÕES 12

3. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO – 29 DECISÕES..... 18

4. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO – 28 DECISÕES 47

FONTES DE REFERÊNCIAS[1] 65

[1] *Jurisprudência integrante da 12ª Edição do manual Defenda a sua Empresa contém 70 ementas (atualização: de janeiro de 2017 até dezembro 2021).*
**Obs.: não foram encontradas decisões nos sites do STJ e TRF-5ª Região no referido período.*

EMENTA DO TRF 1ª REGIÃO Nº 1/7

Número: 0009081-33.2014.4.01.3810
90813320144013810

Classe: APELAÇÃO CIVEL (AC)
Relator(a): DESEMBARGADORA FEDERAL GILDA SIGMARINGA SEIXAS
Origem: TRF - PRIMEIRA REGIÃO
Órgão julgador: SÉTIMA TURMA
Data: 12/01/2021
Data da publicação: 12/01/2021
Fonte da publicação: PJe 12/01/2021

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. EMPRESA. ATIVIDADE BÁSICA: FABRICAÇÃO DE TINTAS, VERNIZES, ESMALTES, IMPERMEABILIZANTES, SOLVENTES E OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS NÃO ESPECIFICADOS. INEXIGIBILIDADE DE INSCRIÇÃO. INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. VEDADA DUPLICIDADE DE INSCRIÇÃO. SENTENÇA MANTIDA. 1. A jurisprudência desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firmado no sentido de que o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos somente é obrigatório quando a atividade básica por elas exercida esteja relacionada com as atividades disciplinadas pelos referidos Conselhos. É a finalidade da empresa que determina se é ou não obrigatório o registro no conselho profissional. Se a atividade relacionada com engenharia tiver caráter meramente acessório, não é necessária a inscrição no conselho respectivo. (REsp 1257149/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2011, DJe 24/08/2011) 2. Na hipótese concreta dos autos, a parte autora tem por a atividade principal a fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, impermeabilizantes, solventes, selantes e outros produtos químicos não especificados. 3. A teor do art. 1º da Lei 6.839/1980, a atividade básica exercida pela empresa é o fundamento que torna obrigatória a sua inscrição em determinado conselho profissional. 4. A parte autora encontra-se registrada no Conselho Regional de Química - CRQ e possui como responsável técnico um profissional químico, relativamente às atividades descritas em seu objeto social, pois se opera a manipulação de produtos químicos, aplicação de princípios básicos e técnicos de química e atividades específicas de profissional químico. 5. O art. 1º da Lei 6.839/80 veda a duplicidade de registros nos conselhos profissionais, porquanto o registro das empresas subordina-se à atividade básica ou aos serviços prestados a terceiros. 6. No caso em apreço, a Autarquia apelante não logrou infirmar a conclusão, havida em primeiro grau, de que a autora não exercia nenhuma atividade passível de obrigatoriedade de inscrição no CREA. 7. Não havendo a parte apelante se desincumbido do ônus, que lhe cabe, de demonstrar o fato constitutivo de seu direito, a manutenção da sentença é medida que se impõe. 8. Preliminares rejeitadas; Apelação a que se nega provimento.

EMENTA DO TRF 1ª REGIÃO Nº 2/7

Decisão monocrática
Número: 0027839-63.2013.4.01.3400
00278396320134013400

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (AC)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL NOVÉLY VILANOVA
Origem: TRF - PRIMEIRA REGIÃO
Data: 16/08/2019
Data da publicação: 27/08/2019
Fonte da publicação: E-DJF1 27/08/2019

Decisão
Fls. 257-60: A sentença recorrida (08.03.2015) rejeitou o pedido da autora de anular multas aplicadas pelo conselho/réu por falta de registro profissional no CREA. O julgado concluiu que a atividade secundária da empresa justifica o registro, sendo possível esse registro em mais de um conselho, considerando a atividade preponderante e a secundária. Fls. 267-82: a empresa/autora apelou, alegando, em resumo, que a sentença ofende a jurisprudência consolidada quanto à unicidade de registros baseados na atividade principal preponderantes, sendo que já é registrada no Conselho Regional de Química, em razão dessa atividade (produção de gases industriais, medicinais, hospitalares e de suporte familiar). Pediu a fixação da verba honorária de acordo com o NCPC. O CREA-DF/réu não respondeu. FUNDAMENTOS DO JULGADO Conforme o CNPJ da autora/empresa, sua atividade básica é a fabricação de gases industriais (fl. 43). O mesmo se pode verificar do objeto do contrato social: fabricação, industrialização, comercialização, armazenamento, distribuição, expedição, importação e exportação de gases industriais, gases medicinais, plantas produtoras de gases, unidades geradoras de gases, centrais de distribuidoras de gases e equipamentos para solda e corte (fl. 24). Nenhuma dessas atividades se relaciona com a profissão privativa de engenheiro, nos termos da Lei 5.194/1966: Art. 1º As profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interêsse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos: a) aproveitamento e utilização de recursos naturais; b) meios de locomoção e comunicações; c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos; d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres; e) desenvolvimento industrial e agropecuário. ... Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em: a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada; b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária; c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios; e) fiscalização de obras e serviços técnicos; f) direção de obras e serviços técnicos; g) execução de obras e serviços técnicos; h) produção técnica especializada, industrial ou agro-pecuária. Ao contrário do que consta da sentença, o registro profissional da empresa dá-se em função da sua atividade básica, e não secundária, nos termos da Lei 6.839/1980, art. 1º: Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros. Considerando a atividade

básica da empresa/autora, é inexigível seu registro profissional. Nesse sentido: REsp 1.338.942/SP, representativo de controvérsia, r. Og Fernandes, 1ª Seção/STJ em 26.04.2017: 1. O registro da pessoa jurídica no conselho de fiscalização profissional respectivo faz-se necessário quando sua atividade básica, ou o serviço prestado a terceiro, esteja compreendida entre os atos privativos da profissão regulamentada, guardando isonomia com as demais pessoas físicas que também explorem as mesmas atividades. 2. Para os efeitos inerentes ao rito dos recursos repetitivos, deve-se firmar a tese de que, à míngua de previsão contida da Lei n. 5.517/68, a venda de medicamentos veterinários - o que não abrange a administração de fármacos no âmbito de um procedimento clínico - bem como a comercialização de animais vivos são atividades que não se encontram reservadas à atuação exclusiva do médico veterinário. Assim, as pessoas jurídicas que atuam nessas áreas não estão sujeitas ao registro no respectivo Conselho Regional de Medicina Veterinária nem à obrigatoriedade de contratação de profissional habilitado. Precedentes. Ademais, a autora já está registrada no CRQ e, segundo o STJ: A vinculação da empresa ao Conselho correspectivo de fiscalização é determinada pela atividade básica ou preponderante, por isso que raciocínio inverso implicaria multiplicidade de registros, prática legalmente vedada (REsp 434.926/SC, r. Fux, 1ª Turma em 03.12.2002). Verba honorária Proferida a sentença recorrida na vigência do CPC/1973, os honorários regem-se por este código revogado. Nesse sentido: EAREsp 1.255.986-PR, r. Luiz Felipe Salomão, Corte Especial/STJ em 20.03.2019: ... 2. A sentença (ou o ato jurisdicional equivalente, na competência originária dos tribunais), como ato processual que qualifica o nascedouro do direito à percepção dos honorários advocatícios, deve ser considerada o marco temporal para a aplicação das regras fixadas pelo CPC/2015. 3. Assim, se o capítulo acessório da sentença, referente aos honorários sucumbenciais, foi prolatado em consonância com o CPC/1973, serão aplicadas essas regras até o trânsito em julgado. Por outro lado, nos casos de sentença proferida a partir do dia 18.3.2016, as normas do novel diploma processual relativas a honorários sucumbenciais é que serão utilizadas. Vencido o conselho/autarquia, a verba honorária é fixada consoante apreciação equitativa do juiz (CPC, art. 20, § 4º), independentemente do valor da causa (§ 3º). São observados apenas o grau de zelo do profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e tempo exigido para o seu serviço (alíneas a, b e c do § 3º). Diante disso, são razoáveis os honorários de R$ 2 mil, considerando o trabalho do advogado da autora desde o ajuizamento em 2013. DISPOSITIVO Dou provimento à apelação da autora para reformar a sentença em confronto com recurso repetitivo do STJ (CPC/2015, art. 932/V, alínea b) e acolher o pedido, anulando as multas objeto dos autos de infração 0457RFS2012EP e 0457RFS2012DF, desobrigando do registro profissional. O réu pagará a verba honorária de R$ 2 mil. Publicar e intimar o CREA/DF nos termos do art. 183 do CPC: se não houver recurso, devolver para o juízo de origem. Brasília, 16.08.2019 NOVÉLY VILANOVA DA SILVA REIS Des. Federal Relator

EMENTA DO TRF 1ª REGIÃO Nº 3/7

Tipo: Acórdão
Número: 0070632-80.2014.4.01.3400
00706328020144013400
Classe: APELAÇÃO CIVEL (AC)
Relator(a): DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO
Origem: TRF - PRIMEIRA REGIÃO
Órgão julgador: SÉTIMA TURMA
Data: 25/06/2018
Data da publicação: 06/07/2018
Fonte da publicação: e-DJF1 06/07/2018 PAG
e-DJF1 06/07/2018 PAG

Ementa: TRIBUTÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. AGRAVO RETIDO. NÃO CONHECIDO. COMÉRCIO VAREJISTA E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES CONTRA INCÊNDIO, COMPONENTES, PARTES E PEÇAS, PARA CARGA E RECARGA DE EXTINTORES. REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA - CREA. INEXIGIBILIDADE. (6)
1. Não se conhecerá do agravo retido se a parte não requerer expressamente sua apreciação pelo Tribunal nas razões ou na resposta da apelação (CPC, art. 523, § 1º).
2. A atividade básica exercida pela empresa é o fundamento que torna obrigatória sua inscrição em determinado conselho profissional. É o que diz o art. 1º da Lei n. 6.839/1980.
3. Na hipótese concreta dos autos, que a empresa se dedica ao comércio varejista e manutenção de extintores contra incêndio, componentes, partes e peças, para carga e recarga de extintores. Assim, não tem atividade básica ligada à engenharia, à arquitetura ou à agronomia, nem presta serviços dessa natureza a terceiros, não estando, desta forma, sujeita à inscrição perante o CREA. Além disso, está registrada no Conselho Regional de Química - CRQ, e o art. 1º da Lei 6.839/80 veda a duplicidade de registros nos conselhos profissionais.
4. "A empresa, que desempenha o comércio, carga e recarga de extintores, não é obrigada a se submeter ao registro no CREA, cuja atividade-fim é diversa da função inerente à engenharia." (AgRg no REsp 1096788/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/05/2009, DJe 23/06/2009). Inexigível da empresa a inscrição e registro junto ao CREA.
5. Agravo retido, apelação e remessa oficial não providas.

Decisão
A Turma, por unanimidade, não conheceu do agravo retido, negou provimento à apelação e à remessa oficial.

EMENTA DO TRF 1ª REGIÃO Nº 4/7

Tipo: Acórdão
Número: 0047322-41.2011.4.01.3500
00473224120114013500
Classe: REMESSA EX OFFICIO EM MANDADO DE SEGURANÇA (REOMS)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL MARCOS AUGUSTO DE SOUSA
Origem: TRF - PRIMEIRA REGIÃO
Órgão julgador: OITAVA TURMA
Data: 04/12/2017
Data da publicação: 26/01/2018
Fonte da publicação: e-DJF1 26/01/2018 PAG
e-DJF1 26/01/2018 PAG

Ementa: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. CREA. REGISTRO DE EMPRESA. CRITÉRIO DEFINIDOR. ATIVIDADE PRINCIPAL. FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PETROQUÍMICOS BÁSICOS. REGISTRO DO ESTABELECIMENTO E CONTRATAÇÃO DE ENGENHEIRO QUÍMICO. INEXIGIBILIDADE. INSCRIÇÃO ESPONTÂNEA JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. FATO INCONTROVERSO. SUBMISSÃO AO PODER DE POLÍCIA DE DOIS CONSELHOS. IMPOSSIBILIDADE. ÔNUS DA PROVA (CPC/1973, ART. 333). COMPROVADA A ILEGALIDADE DO ATO. REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDA.
1. "O art. 1º da Lei 6.839/80 veda a duplicidade de registros nos conselhos profissionais, porquanto o registro das empresas subordina-se à atividade básica ou aos serviços prestados a terceiros. Em razão da atividade principal, especificidade do caso e das peculiaridades envolvidas no processo de produção, está incluída a produção técnica especializada exigida para inscrição e registro junto ao CRQ, portanto, inexigível o registro no CREA" (AP 0016192-19.2014.4.01.3600/MT, TRF1, Sétima Turma, Rel. Des. Fed. Ângela Catão, e-DJF1 14/10/2016).
2. "A impetrante exerce atividade relacionada à industrialização de borracha sintética, possuindo seu registro junto ao Conselho Regional de Química, por se tratar de atividade referente à indústria petroquímica, razão pela qual fica afastada a exigência de contratação de responsável técnico inscrito no CREA, bem como não há a necessidade de sua inscrição perante o CREA" (APELREEX 5080665-18.2014.4.04.7100/RS, TRF4, Quarta Turma, Rel. Des. Fed. Vivian Josete Pantaleão Caminha, e-DJF4 21/08/2015).
3. A impetrante obteve êxito em desincumbir-se do ônus que lhe cabia (CPC/1973, art. 333), apresentar prova inequívoca de que a sua atividade principal, fabricação de produtos petroquímicos básicos, como "asfaltos, massas e emulsões asfálticas, impermeabilizantes, gás liquefeito de petróleo - GLP", entre outros, não está incluída entre aquelas executadas na forma estabelecida na Lei n. 5.194/66, privativas de engenheiros.
4. A realidade dos autos também demonstra que a impetrante efetuou, espontaneamente, o registro do seu estabelecimento perante o Conselho Regional de Química - CRQ/GO, não estando obrigada, obviamente, a submeter-se ao poder de polícia de dois conselhos de fiscalização profissional.
5. Remessa oficial não provida.

Decisão
A Turma, por unanimidade, negou provimento à remessa oficial.

EMENTA DO TRF 1ª REGIÃO Nº 5/7

Tipo: Acórdão
Número: 0042859-29.2011.4.01.3800
00428592920114013800
Classe: APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA (AMS)
Relator(a): DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO
Origem: TRF - PRIMEIRA REGIÃO
Órgão julgador: SÉTIMA TURMA
Data: 24/10/2017
Data da publicação: 10/11/2017
Fonte da publicação: e-DJF1 10/11/2017 PAG
e-DJF1 10/11/2017 PAG

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA. ATIVIDADE BÁSICA. A FABRICAÇÃO, ENGARRAFAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE AGUARDENTE (CACHAÇA). VEDADA A DUPLICIDADE DE REGISTROS. EMPRESA JÁ POSSUI REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. REGISTRO NO CREA. INEXIGIBILIDADE. (6)
1. A norma transcrita e a jurisprudência de nossos Tribunais, já se firmaram no sentido de que o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos profissionais, somente é obrigatório quando a atividade básica por elas exercida esteja relacionada com as atividades disciplinadas pelos referidos Conselhos. "É a finalidade da empresa que determina se é ou não obrigatório o registro no conselho profissional. Se a atividade relacionada com engenharia tiver caráter meramente acessório, não é necessária a inscrição no conselho respectivo." (REsp 1257149/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2011, DJe 24/08/2011).
2. Na hipótese concreta dos autos, a empresa se dedica à fabricação, engarrafamento e comercialização de aguardente (cachaça). Assim, não tem atividade básica ligada à engenharia, à arquitetura ou à agronomia, nem presta serviços dessa natureza a terceiros, não estando, desta forma, sujeita à inscrição perante o CREA. Precedentes.
3. O art. 1º da Lei 6.839/80 veda a duplicidade de registros nos conselhos profissionais, porquanto o registro das empresas subordina-se à atividade básica ou aos serviços prestados a terceiros. A empresa impetrante está registrada no Conselho Regional de Química - CRQ, e a responsável técnica pela produção é engenheira química registrada no CRQ.
4. Cabe consignar que o engenheiro químico que estiver registrado no CREA, quando desenvolver funções típicas da área química, e não privativa da engenharia (elaboração de projetos), deverá registrar-se no CRQ, para a emissão de Certificado de Responsabilidade Técnica da atividade na área química, em atendimento às exigências legais inerentes à fabricação de determinado produto. Dessa forma, a pessoa jurídica poderá registrar-se no Conselho profissional que melhor atender ao objetivo social do empreendimento.
5. Inexigível da empresa a inscrição e registro junto ao CREA.
6. Apelação não provida.

Decisão
A Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação.

EMENTA DO TRF 1ª REGIÃO Nº 6/7

Tipo: Acórdão
Número: 0015225-78.2013.4.01.3803
00152257820134013803
Classe: APELAÇÃO CIVEL (AC)
Relator(a): DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO
Origem: TRF - PRIMEIRA REGIÃO
Órgão julgador: SÉTIMA TURMA
Data: 24/10/2017
Data da publicação: 10/11/2017
Fonte da publicação: e-DJF1 10/11/2017 PAG
e-DJF1 10/11/2017 PAG

Ementa: TRIBUTÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREA. PROVA PERICIAL. DESNECESSIDADE. ATIVIDADE BÁSICA. ÁREA QUÍMICA. INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LIMPEZA DOMÉSTICA, INDUSTRIAL, AUTOMOTIVA, HIGIENE PESSOAL E ANIMAL. REGISTRADA NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. VEDADA A DUPLICIDADE DE INSCRIÇÃO. (6)
1. Preliminar de cerceamento de defesa, afastada. Considerando a desnecessidade de produção de prova pericial, pois a questão debatida nos autos envolve, exclusivamente, matéria de direito.
2. É a finalidade da empresa que determina se é ou não obrigatório o registro no conselho profissional. Se a atividade relacionada com engenharia tiver caráter meramente acessório, não é necessária a inscrição no conselho respectivo. (REsp 1257149/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2011, DJe 24/08/2011).
3. Conforme documentos juntados, a parte autora atua, principalmente, na indústria/comércio de produtos de limpeza, tal atividade está relacionada à área química, em que o produto final resulta de adição de produtos químicos, de reação química dirigida e depende de controle químico.
4. A área de atuação da empresa se enquadra no rol de atividades próprias da área de Química, inclusive consta nos autos que a empresa autora - ora apelada, possui responsável técnico químico e encontra-se registrada no Conselho Regional de Química desde 1989 (fl. 27/28), de acordo com a atividade principal desenvolvida, elencada no art. 2º do Decreto 85.877/1981 e no art. 335 da CLT, portanto, sujeitando-se à inscrição e fiscalização do CRQ.
5. O art. 1º da Lei 6.839/80 veda a duplicidade de registros nos conselhos profissionais, porquanto o registro das empresas subordina-se à atividade básica ou aos serviços prestados a terceiros.
6. Em razão da atividade principal, especificidade do caso e das peculiaridades envolvidas no processo de produção, está incluída a produção técnica especializada exigida para inscrição e registro junto ao CRQ, portanto, inexigível o registro no CREA.
7. Apelação não provida.

Decisão
A Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação.

EMENTA DO TRF 1ª REGIÃO Nº 7/7

Tipo: Acórdão
Número: 0061352-83.2013.4.01.3800
00613528320134013800
Classe: APELAÇÃO CIVEL (AC)
Relator(a): DESEMBARGADORA FEDERAL ÂNGELA CATÃO
Origem: TRF - PRIMEIRA REGIÃO
Órgão julgador: SÉTIMA TURMA
Data: 24/10/2017
Data da publicação: 10/11/2017
Fonte da publicação: e-DJF1 10/11/2017 PAG
e-DJF1 10/11/2017 PAG

Ementa: TRIBUTÁRIO. ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREA. ATIVIDADE BÁSICA. ÁREA QUÍMICA. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS SANITÁRIOS DE CERÂMICA, ACESSÓRIOS DE METAL, MATERIAL PLÁSTICO E VIDRO. REGISTRADA NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. VEDADA A DUPLICIDADE DE INSCRIÇÃO. REGISTRO NO CREA. INEXIGIBILIDADE. (6)
1. É a finalidade da empresa que determina se é ou não obrigatório o registro no conselho profissional. Se a atividade relacionada com engenharia tiver caráter meramente acessório, não é necessária a inscrição no conselho respectivo. (REsp 1257149/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2011, DJe 24/08/2011).
2. Conforme documentos juntados, a parte autora atua, principalmente, na fabricação de produtos sanitários de cerâmica, material plástico, metal e vidro, tal atividade está relacionada à área química, em que o produto final resulta de adição de produtos químicos, de reação química dirigida e depende de controle químico.
3. A área de atuação da empresa se enquadra no rol de atividades próprias da área de Química, inclusive consta nos autos que a empresa autora - ora apelada, encontra-se registrada no Conselho Regional de Química (fl. 28), de acordo com a atividade principal desenvolvida, elencada no art. 2º do Decreto 85.877/1981 e no art. 335 da CLT, portanto, sujeitando-se à inscrição e fiscalização do CRQ.
4. O art. 1º da Lei 6.839/80 veda a duplicidade de registros nos conselhos profissionais, porquanto o registro das empresas subordina-se à atividade básica ou aos serviços prestados a terceiros.
5. Em razão da atividade principal, especificidade do caso e das peculiaridades envolvidas no processo de produção, está incluída a produção técnica especializada exigida para inscrição e registro junto ao CRQ, portanto, inexigível o registro no CREA.
6. Apelação não provida.

Decisão
A Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação.

EMENTA DO TRF 2ª REGIÃO Nº 1/6

Tipo:
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
Número: 0083451-89.2016.4.02.5101
00834518920164025101
Classe: AC - Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
Relator(a): JOSÉ ANTONIO NEIVA
Relator para Acórdão: JOSÉ ANTONIO NEIVA
Origem: TRIBUNAL - SEGUNDA REGIÃO
Órgão julgador: 7ª TURMA ESPECIALIZADA..ORGAO_JULGADOR:
Data: 08/04/2019
Data da publicação: 24/04/2019

Ementa: ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CREA-RJ. EXCEÇÃO DE PRÉ- EXECUTIVIDADE. ATIVIDADE PREPONDERANTE DA EMPRESA. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO. APLICAÇÃO DE MULTA DESCABIDA.
1. Cinge-se a controvérsia à obrigatoriedade de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro - CREA-RJ por empresa cuja atividade básica preponderante mostra-se diversa da função inerente à Engenharia e à Arquitetura, descabendo, por conseguinte, multa administrativa correspondente.
2. O manejo da exceção de pré-executividade condiciona-se à existência de prova pré- constituída, devendo sua petição estar acompanhada de todos os documentos necessários à comprovação dos fatos articulados, porquanto descabe a dilação probatória.
3. Assentou a Primeira Seção do STJ, em sede de recurso repetitivo (REsp 1.110.925/SP, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJe 04/05/2009), ser admissível o manejo do instrumento processual de construção doutrinária denominado exceção de pré-executividade quando atendidos simultaneamente, dois requisitos, que a matéria invocada seja suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz (requisito de ordem formal) e que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória (requisito de ordem material). Nessa linha, ainda, STJ, EREsp 905.416/PR, Rel. Min. MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 20/11/2013.
4. Na hipótese, a empresa executada apresentou petição recebida como exceção de pré- executividade pelo Juízo a quo, pleiteando anulação do auto de infração e consequentemente da multa, acostando aos autos o contrato social da firma e outros elementos que viabilizaram, nas circunstâncias, o exame da questão pelo Juízo sentenciante por meio da via oposta.
5. O exequente lavrou contra a empresa o Auto de Infração nº 2013.300435, com base no art. 73, alínea "c", da Lei nº 5.194/66, aplicando-lhe a multa correspondente, ao argumento de ausência de registro da empresa perante o Conselho, dada sua atividade voltada à manutenção e reparação de extintores de incêndio, pois, segundo a Norma JUR 01/88-1ªRev (09/03/98) da Câmara Especializada de Engenharia Mecânica e Metalurgia do CREA-RJ, somente as empresas dedicadas exclusivamente à recarga de extintores escapam à obrigatoriedade de registro.
6. O critério que orienta a obrigatoriedade de registro em um determinado Conselho Profissional vincula-se à atividade-fim desempenhada pela empresa (art. 1º da Lei nº 6.839/80). 1
7. Consoante o STJ, a atividade básica da empresa é o que determina a obrigatoriedade de supervisão por profissional com registro no Conselho Regional (AgInt no AREsp 1.149.255/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 13/04/2018, e AgRg no AREsp 800.445/RS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 05/04/2018).
8. Cotejados o contrato social da executada e a disciplina legal (arts. 1º e 7º da Lei nº 5.194/66 e art. 1º da Lei nº 6.839/80), conclui-se que a atividade de comércio de extintores de incêndio escapa às atividades típicas de Engenharia e Arquitetura, descabendo a obrigatoriedade de registro da executada no CREA/RJ e a consequente aplicação da multa administrativa. Sentença mantida.
9. Julgados do STJ (AgRg no REsp 1.096.788/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 23/06/2009) e das Cortes Regionais (TRF1R, AC 0070632- 80.2014.4.01.3400, Rel. Desembargadora Federal ÂNGELA CATÃO, SÉTIMA TURMA, e-DJF1 06/07/2018, e TRF2R, APELREEX 0023901-71.2013.4.02.5101, Rel. Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA, OITAVA TURMA ESPECIALIZADA, e-DJF2R 27/06/2017).
10. Honorários advocatícios majorados para 11% sobre o valor da causa (art. 85, §§2º e 11, do CPC/2015). 11. Apelação conhecida e desprovida.

EMENTA DO TRF 2ª REGIÃO Nº 2/6

Tipo:
Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
Número: 0218779-54.2017.4.02.5101
02187795420174025101
Classe: APELREEX - Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
Relator(a): GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Relator para Acórdão: GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
Origem: TRIBUNAL - SEGUNDA REGIÃO
Órgão julgador: 6ª TURMA ESPECIALIZADA..ORGAO_JULGADOR:
Data: 04/04/2019
Data da publicação: 09/04/2019

Ementa: REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CÍVEL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CONCURSO PARA NÍVEL TÉCNICO. NÍVEL MÉDIO. APRESENTAÇÃO DE DIPLOMA DE BACHAREL EM QUÍMICA. QUALIFICAÇÃO DO CANDIDATO. BENEFÍCIO PARA A ADMINISTRAÇÃO. PRINCIPIO DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. IMPROVIMENTO.
1. A questão controvertida nestes autos cinge-se à possibilidade ou não, de candidato, aprovado em concurso público de provas e títulos para cargo de nível médio, ter mantida a nomeação e tomar posse, mediante apresentação de diploma de formação em curso superior na área de autuação para o qual foi selecionado, mesmo que o edital do certame exija formação em nível técnico.
2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais tem se manifestado no sentido de que a admissão de um candidato aprovado em concurso público detentor de conhecimento em grau mais elevado do que aquele exigido no edital para o exercício do cargo, traz benefícios para a Administração Pública, que terá um servidor mais qualificado em seus quadros, em observância ao princípio da razoabilidade.
3. A exigência de formação em Educação profissional técnica, em nível médiovisa tão-somente comprovar a habilitação profissional e o nível de escolaridade do candidato, devendo, por isso, ser mitigada a exigência editalícia quanto à apresentação do título em si para fins de atribuição da pontuação correspondente ao candidato, que, no caso, logrou comprovar a sua formação.
4. Refoge ao princípio da razoabilidade exigir que o candidato que apresenta certificado de conclusão de curso superior seja impedido de tomar posse em cargo público, por se revestir de excessivo rigorismo formal a condição de apresentação, específica, do certificado.
5. Descabida a alegação de que o fato do apelante possuir formação superior à exigida ao cargo ensejará o seu futuro desvio de função. E por duas razões. Primo, má-fé é circunstância que não se presume, exige prova. Logo, não é legalmente possível cogitar que o candidato vá, por vontade própria, se desviar das funções de seu cargo. Secundo,desvio de função é ilegalidade cometida pela Administração em detrimento do servidor. Dessarte, basta que o órgão só acometa ao apelado, durante sua vida funcional, funções atinentes ao profissional de nível médio de contabilidade, nos termos da lei, que o desvio jamais ocorrerá.
6. O impetrante, apesar de não possuir o curso técnico exigido pelo edital do concurso, apresentou certificado de conclusão no curso de Química, o que o habilita para realizar as mesmas funções de alçada dos técnicos em química (nível médio ou profissionalizante). 1
7. O Poder Judiciário pode exercer o controle também do mérito administrativo, ainda que a título excepcional, quando ficar patenteada a conduta desarrazoada da Administração Pública, sendo essa a hipótese dos autos.
8. Remessa necessária e apelação cível conhecidas e improvidas.

EMENTA DO TRF 2ª REGIÃO Nº 3/6

Tipo
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
Número: 0118246-87.2017.4.02.5101
01182468720174025101
Classe: AC - Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
Relator(a): VERA LÚCIA LIMA
Relator para Acórdão: VERA LÚCIA LIMA
Origem: TRIBUNAL - SEGUNDA REGIÃO
Órgão julgador: 8ª TURMA ESPECIALIZADA..ORGAO_JULGADOR:
Data: 10/07/2018
Data da publicação: 16/07/2018

Ementa: ADMINISTRATIVO CREA / RJ . FISCALIZAÇÃO MULTAS ADMINISTRATIVAS. DESCABIMENTO. ATIVIDADE BÁSICA DA EMPRESA VINCULADA A ÁREA DE QUÍMICA. INEXIGIBILIDADE DE INSCRIÇÃO NO CREA. -Cinge-se a controvérsia à desconstituição do crédito exequendo, sob a alegação de que a multa administrativa cobrada pelo CREA/RJ seria indevida, já que a atividade da empresa executada não estaria sujeita à fiscalização do apelante. -No que pertine, especificamente, aos Engenheiros Químicos, cumpre registrar que o registro dos referidos profissionais era efetivado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, por força do disposto no Decreto-lei 8.620/46, que regulamentava "o exercício de profissão de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, regida pelo Decreto nº 23.596, de 11 de dezembro de 1933". -Com advento da Lei nº 2.800, de 18/06/56, que criou o Conselho Federal de Química e os Conselhos Regionais de Química, os Engenheiros Químicos passaram a ter seu registro obrigatório no Conselho Regional de Química - CRQ, quando suas funções, como químico, assim o exigirem, sendo, todavia, mantido o registro no CREA. -Posteriormente, a Lei 5.194/1966, ao regulamentar o exercício da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo, elencou, em seu artigo 7º, as atividades e atribuições dos referidos profissionais. -A Lei 6.839/80 veio a estabelecer o princípio da unicidade do registro profissional, segundo o critério da atividade básica, aplicável tanto a pessoa jurídica como os respectivos profissionais. -Diante do princípio da unicidade do registro, claramente definido na Lei nº 6.839/80, que faz referência à atividade básica, significando que o registro é único, pois não poderá haver mais de uma atividade básica em uma empresa, somente 1 estão obrigadas a proceder o registro junto ao CREA as empresas que explorem os serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia como atividade-fim. Logo, a atuação do referido Conselho Profissional restringe-se àqueles que exerçam atividades e atribuições de engenheiro, arquiteto e agrônomo, nos termos da legislação de regência (art. 7º da Lei 5.194/66). -Na hipótese, afere-se do Contrato Social da apelada, acostado às fls. 23/25, que a sociedade tem como objeto social: "a prestação de serviços de imunização de prédios e exterminações de ratos e insetos" (cláusula 02). -Do cotejo do objeto social da empresa com as atividades elencadas no artigo 7º da Lei 5.194/66, conclui-se que a atividade principal da empresa executada não coincide com atividade típica de Engenheiro, mas sim de Químico. Logo, a empresa executada não se encontra obrigada a proceder ao registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Administração, ainda que possua, em seus quadros, profissional de Engenheiro Químico. -Da análise dos documentos de fls. 173/175, verifica-se que tanto a empresa - autora quanto o profissional responsável estão registrados junto ao Conselho Regional de Química da 3ª Região. -Como, no caso, a empresa apelada demonstrou que atua na área química, comprovando, inclusive, que está inscrita no Conselho Regional de Química, deve ser mantida a sentença que acolheu a pretensão autoral, declarando a inexistência de relação jurídica entre as partes. -Recurso desprovido, majorando os honorários advocatícios em 1% (um por cento) do valor da causa (R$ 9.700,00), nos termos do art. 85, §11, do NCPC.

EMENTA DO TRF 2ª REGIÃO Nº 4/6

Tipo: Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
Número: 0022743-59.2005.4.02.5101
00227435920054025101
Classe: APELREEX - Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
Relator(a): VERA LÚCIA LIMA
Relator para Acórdão: VERA LÚCIA LIMA
Origem: TRIBUNAL - SEGUNDA REGIÃO
Órgão julgador: 8ª TURMA ESPECIALIZADA..ORGAO_JULGADOR:
Data: 29/11/2016
Data da publicação: 06/12/2016

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETUTA E AGRONOMIA. ATIVIDADE BÁSICA DA EMPRESA VINCULADA A ÁREA DE QUÍMICA. INEXIGIBILIADDE DE INSCRIÇÃO NO CREA. - Cinge-se a controvérsia à desconstituição do crédito exequendo, sob a alegação de que a multa administrativa cobrada pelo CREA/RJ seria indevida, já que a atividade da empresa executada não estaria sujeita à fiscalização do apelante. - No que pertine, especificamente, aos Engenheiros Químicos, cumpre registrar que o registro dos referidos profissionais era efetivado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, por força do disposto no Decreto-lei 8.620/46, que regulamentava "o exercício de profissão de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, regida pelo Decreto nº 23.596, de 11 de dezembro de 1933". - Com advento da Lei nº 2.800, de 18/06/56, que criou o Conselho Federal de Química e os Conselhos Regionais de Química, os Engenheiros Químicos passaram a ter seu registro obrigatório no Conselho Regional de Química - CRQ, quando suas funções, como químico, assim o exigirem, sendo, todavia, mantido o registro no CREA. - Posteriormente, a Lei 5.194/1966, ao regulamentar o exercício da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo, elencou, em seu artigo 7º, as atividades e atribuições dos referidos profissionais. - A Lei 6.839/80 veio a estabelecer o princípio da unicidade do registro profissional, segundo o critério da atividade básica, aplicável tanto a pessoa jurídica como os respectivos profissionais. - Destarte, diante do princípio da unicidade do registro, claramente definido na Lei nº 6.839/80, que faz referência à atividade básica, significando que o registro é único, pois não poderá haver mais de uma atividade básica em uma empresa, somente estão obrigadas a proceder o registro junto ao CREA as empresas que explorem os serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia como atividade-fim. Logo, a atuação do referido Conselho Profissional restringe-se àqueles que exerçam atividades e atribuições de engenheiro, arquiteto e agrônomo, nos termos da legislação de regência (art. 7º da Lei 5.194/66). - Do cotejo do objeto social da empresa com as atividades elencadas no artigo 7º da Lei 5.194/66, conclui-se que a atividade principal da empresa executada não coincide com atividade típica de Engenheiro, mas sim de Químico. Logo, a empresa executada não se encontra obrigada a proceder ao registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Administração, ainda que possua, em seus quadros, profissional de Engenheiro Químico. 1 - No ponto, razão assiste ao Juízo singular, ao assevera que "a autora tem, como atividade básica, a fabricação de papel, trata-se de atividade que envolve a química mais do que a engenharia. Em outras palavras, ainda que a Autora tenha, como responsável técnico, um engenheiro químico (conforme fl. 21 dos autos em apenso), tal circunstância, por si só, não enseja a obrigatoriedade de registro no CREA/RJ, já que, na atividade básica da Autora, prepondera a química em lugar da engenharia. Por essa razão é que a parte autora efetuou registro junto ao Conselho Regional de Química do Rio de Janeiro - CRQ-RJ, e não seria razoável exigir-se a dupla filiação em função de apenas uma atividade desenvolvida". - Nesse contexto, como a empresa apelada demonstrou que atua na área química, comprovando, inclusive, que está inscrita no Conselho Regional de Química, deve ser mantida a sentença que acolheu a pretensão autoral, declarando a inexistência de relação jurídica de débito enumerado à fl. 24. -Remessa e recurso desprovidos.

EMENTA DO TRF 2ª REGIÃO Nº 5/6

Tipo: Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
Número: 0014398-36.2007.4.02.5101
00143983620074025101
Classe: APELREEX - Apelação / Reexame Necessário - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
Relator(a): VERA LÚCIA LIMA
Relator para Acórdão: VERA LÚCIA LIMA
Origem: TRIBUNAL - SEGUNDA REGIÃO
Órgão julgador: 8ª TURMA ESPECIALIZADA..ORGAO_JULGADOR:
Data: 29/11/2016
Data da publicação: 06/12/2016

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETUTA E AGRONOMIA/ES. ATIVIDADE BÁSICA DA EMPRESA VINCULADA A ÁREA DE QUÍMICA. INEXIGIBILIADDE DE INSCRIÇÃO NO CREA. - Trata-se de remessa necessária e de recurso de apelação interposto pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro, em face da sentença que, nos autos da ação ordinária, julgou parcialmente procedente o pedido, confirmando a tutela deferida às fls. 45/46, para " condenar o Réu a abster-se de tomar qualquer medida fiscalizatória relativamente às atividades desenvolvidas pela Autora". - No que pertine, especificamente, aos Engenheiros Químicos, cumpre registrar que o registro dos referidos profissionais era efetivado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA, por força do disposto no Decreto-lei 8.620/46, que regulamentava "o exercício de profissão de engenheiro, de arquiteto e de agrimensor, regida pelo Decreto nº 23.596, de 11 de dezembro de 1933". - Com advento da Lei nº 2.800, de 18/06/56, que criou o Conselho Federal de Química e os Conselhos Regionais de Química, os Engenheiros Químicos passaram a ter seu registro obrigatório no Conselho Regional de Química - CRQ, quando suas funções, como químico, assim o exigirem, sendo, todavia, mantido o registro no CREA. - Posteriormente, a Lei 5.194/1966, ao regulamentar o exercício da profissão de Engenheiro, Arquiteto e Agrônomo, elencou, em seu artigo 7º, as atividades e atribuições referidos profissionais. - A Lei 6.839/80 veio a estabelecer o princípio da unicidade do registro profissional, segundo o critério da atividade básica, aplicável tanto a pessoa jurídica como os respectivos profissionais. - Destarte, diante do princípio da unicidade do registro, claramente definido na Lei nº 6.839/80, que faz referência à atividade básica, significando que o registro é único, pois não poderá haver mais de uma atividade básica em uma empresa, somente estão obrigadas a proceder o registro junto ao CREA as empresas que explorem os serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia como atividade-fim. Logo, a atuação do referido Conselho Profissional restringe-se àqueles que exerçam atividades e atribuições de engenheiro, arquiteto e agrônomo, nos termos da legislação de regência (art. 7º da Lei 5.194/66). - Do cotejo do objeto social da empresa com as atividades elencadas no artigo 7º da Lei 5.194/66, conclui-se que a atividade principal da empresa executada não coincide com atividade típica de Engenheiro, mas sim de Químico. Logo, a empresa executada não se encontra obrigada a proceder ao registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e 1 Agronomia Administração, ainda que possua, em seus quadros, profissional de Engenheiro Químico. - No ponto, razão assiste ao Juízo singular, ao assevera que "a autora tem, como atividade básica, a fabricação de papel, trata-se de atividade que envolve a química mais do que a engenharia. Em outras palavras, ainda que a Autora tenha, como responsável técnico, um engenheiro químico (conforme fl. 21 dos autos em apenso), tal circunstância, por si só, não enseja a obrigatoriedade de registro no CREA/RJ, já que, na atividade básica da Autora, prepondera a química em lugar da engenharia. Por essa razão é que a parte autora efetuou registro junto ao Conselho Regional de Química do Rio de Janeiro - CRQ-RJ, e não seria razoável exigir-se a dupla filiação em função de apenas uma atividade desenvolvida". - Nesse contexto, como a empresa apelada demonstrou que atua na área química, comprovando, inclusive, que está inscrita no Conselho Regional de Química, deve ser mantida a sentença que acolheu a pretensão autoral, condenado o Réu a abster-se de tomar qualquer medida fiscalizatória relativamente às atividades por ela desenvolvidas. -Remessa e recurso desprovidos.

EMENTA DO TRF 2ª REGIÃO Nº 6/6

Tipo
Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
Número: 0010656-41.2009.4.02.5001
00106564120094025001
Classe: AC - Apelação - Recursos - Processo Cível e do Trabalho
Relator(a): VERA LÚCIA LIMA
Relator para Acórdão: VERA LÚCIA LIMA
Origem: TRIBUNAL - SEGUNDA REGIÃO
Órgão julgador: 8ª TURMA ESPECIALIZADA..ORGAO_JULGADOR:
Data: 17/10/2016
Data da publicação: 20/10/2016

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETUTA E AGRONOMIA/ES. EMBARGOS À EXECUÇÃO. ATIVIDADE BÁSICA DA EMPRESA VINCULADA A ÁREA DE QUÍMICA. INEXIGIBILIADDE DE INSCRIÇÃO NO CREA. - Cinge-se a controvérsia à desconstituição do crédito exequendo, sob a alegação de que a multa administrativa cobrada pelo CREA/RJ seria indevida, já que a atividade da empresa executada não estaria sujeita à fiscalização do apelante. - O pressuposto necessário à exigência de registro de uma empresa junto ao Conselho Profissional é que a atividade-fim exercida pela mesma seja privativa daquela especialidade profissional (Lei 6.839/80, art. 1º). - Na hipótese, afere-se da alteração contratual, acostada por cópia às fls. 15/19, que a empresa, ora apelada, tem como objeto social a "CONSULTORIA, PLANEJAMENTO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM ANÁLISES DE RESÍDUOS E FÍSICO-QUÍMICA DE PESTICIDAS, ADITIVOS ALIMENTARES, EFLUENTES INDUSTRIAIS, POLUENTES E CONTROLE DE QUALIDADE ANALÍTICA DE PROCESSOS INDUSTRIAIS, COM EMISSÃO DE LAUDOS PERICIAIS". - Do cotejo do objeto social da empresa com as atividades elencadas no artigo 7º da Lei 5.194/66, conclui-se que a atividade principal da empresa executada não coincide com atividade típica de Engenheiro Agrônomo. Logo, a empresa executada não se encontra obrigada a proceder ao registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Administração, ainda que possua, em seus quadros, profissional de Engenheiro Agrônomo. -Recurso desprovido.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 1/29

Número: 5026832-32.2019.4.03.6100
50268323220194036100
Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (ApelRemNec)
Relator(a): Desembargador Federal TORU YAMAMOTO
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão julgador: SEXTA TURMA
Data: 28/05/2021
Data da publicação: 07/06/2021
Fonte da publicação: DJEN 07/06/2021

Ementa: ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA: POSSIBILIDADE - REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CREA) - DESNECESSIDADE - ATIVIDADE BÁSICA.
1. Preliminar de inadequação da via eleita rejeitada. A questão é de direito e passível de julgamento antecipado; as provas documentais juntadas aos autos são suficientes. A apelante não demonstrou, objetivamente, a necessidade de produção de prova pericial.
2. O artigo 1º, da Lei Federal nº 6.839/80, determina o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
3. É incabível a inscrição no Conselho Regional Engenharia e Agronomia (CREA), bem como o pagamento de anuidades e a contratação de engenheiro, porque as atividades básicas desenvolvidas pela impetrante, ou aquelas pelas quais presta serviços a terceiros, não requerem conhecimentos técnicos privativos de engenharia.
4. Apelação e reexame necessário desprovidos.

Decisão
A Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação e ao reexame necessário.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 2/29

Número: 5002447-72.2019.4.03.6115
50024477220194036115
Classe: APELAÇÃO CÍVEL (ApCiv)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL LUIS CARLOS HIROKI MUTA
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 04/03/2021
Data da publicação: 09/03/2021
Fonte da publicação: INTIMAÇÃO VIA SISTEMA 09/03/2021

Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. LEI 6.839/1980. ATIVIDADE BÁSICA. ANODIZAÇÃO DE ALUMÍNIO. REGISTRO NÃO OBRIGATÓRIO. VEDAÇÃO AO DUPLO REGISTRO. VÍCIOS INEXISTENTES. REJEIÇÃO.
1. São manifestamente improcedentes os embargos de declaração, inexistindo quaisquer dos vícios apontados, restando nítido que se cuida de recurso interposto com o objetivo de rediscutir a causa e manifestar inconformismo diante do acórdão embargado. As alegações não envolvem omissão, contradição ou obscuridade sanáveis em embargos de declaração, mas efetiva impugnação ao acórdão embargado, que teria incorrido em error in judicando, desvirtuando, pois, a própria natureza do recurso, que não é a de reapreciar a causa como pretendido.
2. Com efeito, não houve omissão, vício que nem de longe se evidencia na espécie, dado que, registrou-se, expressa e cristalinamente, que: "(...) o critério previsto para definir a obrigatoriedade quanto ao registro e contratação de responsável técnico, por especialização, encontra-se fixado na Lei 6.839/1980, que considera, para tanto, a atividade básica ou natureza do serviço prestado: "Art. 1º - O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros." Assim, as atividades tipicamente exercidas pelo profissional de engenharia, arquitetura e de engenharia agrônoma, foram previstas no artigo 7º da Lei 5.194/1966: "Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em: a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada; b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária; c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios; e) fiscalização de obras e serviços técnicos; f) direção de obras e serviços técnicos; g) execução de obras e serviços técnicos; h) produção técnica especializada, industrial ou agro-pecuária. Parágrafo único. Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões." Na espécie, consta do contrato social que a autora possui como atividade-básica a prestação de "serviços de anodização" (ID 142143820, f. 3). Não se trata, portanto, de empresa que preste serviços na área de engenharia, pois apenas realiza processo produtivo-industrial com escopo específico".
3. Consignou o acórdão, ademais, que: "É infundada a preliminar de nulidade da sentença, por cerceamento de defesa, pois independe de perícia o exame do objeto social da empresa para efeito de qualificação jurídica à luz da legislação aplicável, sendo que as anotações junto à JUCESP e à RFB não desconstituem o que declarado no contrato social. O termo de fiscalização realizada pelo Conselho Regional de Química (ID 142143844 a 142143850) demonstra que a atividade da apelada se limita a processo de tratamento químico, inexistindo produção metalúrgica. Ademais, o próprio apelante constatou que a autora possui como principal atividade a "anodização de alumínio" e que "somente recebe produtos prontos para anodização", deixando de fazer qualquer anotação a respeito das linhas de fabricação ou desenvolvimento de projetos (ID 142143836, f. 8/13). Sendo suficiente a prova

documental juntada aos autos, torna-se prescindível a realização de perícia técnica, não configurando, assim, cerceamento de defesa apto à anulação do julgamento".
4. Destacou-se, ainda, com respaldo em precedentes desta Corte, que: "Destarte, verificando-se que não há desempenho de atividade básica que exija presença de profissional técnico específico da área da engenharia, conforme constatado pelos elementos indicados acima, não cabe a pretensão do CREA de impor registro à autora nem contratação de profissional técnico especializado. O fato de o profissional técnico responsável ser da área de engenheira de materiais não autoriza a conclusão do apelante, pois o critério de registro profissional é baseado na atividade-básica da empresa, sendo reconhecida a existência de adequação na vinculação, em casos que tais, da empresa e do profissional ao CRQ sem que caiba a alteração pretendida e, menos ainda, duplo registro".
5. Como se observa, não se trata omissão, nem de qualquer outro vício sanável na via eleita, pois o que se pretende é rediscutir a matéria decidida, alegando que houve error in judicando, o que não se presta à discussão em embargos de declaração.
6. Se tal motivação é equivocada ou insuficiente, fere normas as apontadas (artigos 7°, b, c, e, f, g e h, da Lei 5.194/1966 c.c. 31, c e e, 32, e, f, g, e i, 34, d e e, do Decreto 23.569/33 e Resolução CONFEA 218/73) ou contraria julgados ou jurisprudência, deve a embargante veicular recurso próprio para a impugnação do acórdão e não rediscutir a matéria em embargos de declaração.
7. Por fim, embora tratados todos os pontos invocados nos embargos declaratórios, de relevância e pertinência à demonstração de que não houve qualquer vício no julgamento, é expresso o artigo 1.025 do Código de Processo Civil em enfatizar que se consideram incluídos no acórdão os elementos suscitados pela embargante, ainda que inadmitido ou rejeitado o recurso, para efeito de prequestionamento, pelo que aperfeiçoado, com os apontados destacados, o julgamento cabível no âmbito da Turma.
8. Embargos de declaração rejeitados.

Decisão

A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 3/29

Número: 0024398-59.1999.4.03.6100
00243985919994036100

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (ApCiv)
Relator(a): DESEMBARGADORA FEDERAL MARLI MARQUES FERREIRA
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão julgador: QUARTA TURMA
Data: 18/02/2021
Data da publicação: 26/02/2021
Fonte da publicação: Intimação via sistema 26/02/2021

Ementa: ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO ANULATORIA. INSCRIÇÃO. CRQ E CREA. EMPRESA QUE EXERCE ATIVIDADE PREPONDERANTEMENTE QUÍMICA. INSCRIÇÃO NO CREA. DESNECESSIDADE. OMISSÃO. NÍTIDO CARÁTER INFRINGENTE. Nos termos do disposto no art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, circunstância inocorrente nos autos, porquanto o acórdão embargado dirimiu todas as questões postas de maneira clara, suficiente e fundamentada. Havendo comprovação, mediante perícia técnica, que a atividade preponderante exercida pela empresa autora envolve processos químicos, desnecessária a exigibilidade de registro nos quadros do CREA e cobrança de multa. O teor da peça processual demonstra, por si só, que a embargante deseja alterar o julgado, em manifesto caráter infringente para o qual não se prestam os embargos de declaração, a não ser excepcionalmente, uma vez que seu âmbito é restrito. Embargos de declaração parcialmente acolhidos tão somente para fins integrativos, sem alteração do resultado.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 4/29

Número: 0002138-68.2016.4.03.6107
00021386820164036107
Classe: APELAÇÃO CÍVEL (ApCiv)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL LUIS CARLOS HIROKI MUTA
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 08/12/2020
Data da publicação: 09/12/2020
Fonte da publicação: Intimação via sistema 09/12/2020
Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. LEI 6.839/1980. ATIVIDADE-BÁSICA. DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEIS. REGISTRO. DESNECESSIDADE. EXISTÊNCIA DE LABORATÓRIO DE CONTROLE DE QUALIDADE. MANUTENÇÃO DE PROFISSIONAL RESPONSÁVEL TÉCNICO. EXIGIBILIDADE. REPETIÇÃO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE REGISTRO DA EMPRESA. CABIMENTO. VÍCIOS INEXISTENTES. REJEIÇÃO.
1. São manifestamente improcedentes os embargos de declaração, inexistindo quaisquer dos vícios apontados, restando nítido que se cuida de recurso interposto com o objetivo de rediscutir a causa e manifestar inconformismo diante do acórdão embargado. As alegações não envolvem omissão, contradição, obscuridade ou erro material sanáveis em embargos de declaração, mas efetiva impugnação ao acórdão embargado, que teria incorrido em error in judicando, desvirtuando, pois, a própria natureza do recurso, que não é a de reapreciar a causa como pretendido.
2. De fato, não houve qualquer omissão ou contradição, pois a narrativa da embargante foi a de que houve erro na apreciação da prova dos autos ou da interpretação do direito aplicável, seja ao reputar necessária a contratação de profissional com registro no CRQ para análise de qualidade dos produtos, enquanto atividade meio, seja ao considerar inexistente comprovação da contratação de empresa terceirizada para prestar tal serviço que, de qualquer forma, segundo defende, envolve atividade não exclusiva de profissional da área de química, pois não inserida nas previsões dos artigos 334 e 335 da CLT, não importando o controle de qualidade em qualquer reação química que vise à transformação química do produto, pois consiste em mera análise dos compostos com emprego de reagentes nos combustíveis distribuídos, que pode ser realizada por qualquer profissional.
3. As ilegalidades apontadas não concernem a aspectos do julgamento que possam ser discutidos ou tratados em embargos de declaração, pois se houve violação dos preceitos legais, que regem o registro e contratação de profissional vinculado ao CRQ, seja na legislação própria, na CLT (artigo 335: "É obrigatória a admissão de químicos nos seguintes tipos de indústria: (...) b) que mantenham laboratório de controle químico"), ou em consideração à natureza principal da atividade exercida e dos deveres inerentes ao comércio de tais produtos, segundo a regência própria da ANP, a via processual específica para tal embate é a do recurso especial dirigido à instância superior competente, não cabendo em sede de embargos de declaração perante a própria Turma corrigir suposta ilegalidade em que se teria incorrido no julgamento.
4. Se tal motivação é equivocada ou insuficiente, fere as normas apontadas ou contraria julgados ou jurisprudência, deve a embargante veicular recurso próprio para a impugnação do acórdão e não rediscutir a matéria em embargos de declaração.
5. Por fim, embora tratados todos os pontos invocados nos embargos declaratórios, de relevância e pertinência à demonstração de que não houve qualquer vício no julgamento, é expresso o artigo 1.025 do Código de Processo Civil em enfatizar que se consideram incluídos no acórdão os elementos suscitados pela embargante, ainda que inadmitido ou rejeitado o recurso, para efeito de pré-questionamento, pelo que aperfeiçoado, com os apontados destacados, o julgamento cabível no âmbito da Turma.
6. Embargos de declaração rejeitados.
Decisão
A Terceira Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 5/29

Número: 5000286-42.2017.4.03.6121

Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (ApelRemNec)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL NERY DA COSTA JUNIOR
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 24/11/2020

Ementa: ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA/SP. ATIVIDADES RELACIONADAS A ÁREA DE QUÍMICA - RESOLUÇÃO Nº 218/73 DO CONFEA. DUPLO REGISTRO. DESCABIMENTO. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL DESPROVIDAS.

1-A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou-se no sentido de que a obrigatoriedade de registro nos conselhos profissionais e a indicação de responsável técnico é determinada pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa. Precedentes (AGARESP 201600179730, HERMAN BENJAMIN, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:27/05/2016 ..DTPB / AGRESP 200901500633, SÉRGIO KUKINA, STJ - PRIMEIRA TURMA, DJE DATA:11/05/2016 ..DTPB). Lei nº 6.839/80, ao regulamentar a matéria, dispôs em seu art. 1º que a inscrição deve levar em consideração a atividade básica ou em relação àquela pela qual as empresas e os profissionais prestem serviços a terceiros.

2-Assim, o critério de obrigatoriedade de registro no Conselho Profissional é determinado pela atividade básica realizado na empresa ou pela natureza dos serviços prestados.

3-No caso em exame, a impetrante dedica-se ao comércio e à indústria de produtos aromáticos, aditivos, corantes, líquidos ou em pó, extratos naturais, aromas enzimáticos, concentrados a serem utilizados em indústrias, conforme seu objeto societário, com última alteração em 10/11/08. Seu CNPJ descreve como atividade principal a fabricação de produtos químicos orgânicos, indicando como atividade básica a área química.

4-Na hipótese, os elementos informativos dos autos permitem verificar que a impetrante desempenha atividade ligada à química, e uma vez que sua atividade econômica se resume na fabricação insumos químicos, dos quais o próprio apelante reconhece, a empresa se obriga apenas ao registro junto ao Conselho Regional de Química, sendo inexigível o seu registro junto ao CREA/SP, enquanto permanecerem as atividades desenvolvidas.

5-Apelação e remessa oficial não providas.

Decisão

A Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação e à remessa oficial.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 6/29

Processo
ApCiv - APELAÇÃO CÍVEL / SP
0002514-97.2012.4.03.6138
Relator(a): Desembargador Federal ANDRE NABARRETE NETO
Órgão Julgador: 4ª Turma
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Data do Julgamento: 21/07/2020
Data da Publicação/Fonte: e - DJF3 Judicial 1 DATA: 28/07/2020
Ementa: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. CREA. FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE PLÁSTICO. REGISTRO. ATIVIDADE BÁSICA NÃO LIGADA À ENGENHARIA. RECURSO PROVIDO.
- Os artigos 27, 59 e 60 da Lei n.º 5.194/66 estabelecem quais competências do engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, bem como quais empresas devem se registrar perante a autarquia.
- A Resolução CONFEA n.º 218/73 regulamentou a Lei n.º 5.194/99 ao discriminar as atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia e as empresas industriais necessitam de registro.
- O objeto social da empresa e atividade principal é indústria e comércio de artefatos plásticos em geral. Da leitura dos dispositivos legais observa-se que a atividade desenvolvida pela apelada não guarda relação com as atribuições referentes à Engenharia, estabelecidas pela Lei n.º 5.194/66.
- Não se aplicam ao caso o disposto nas Resoluções CONFEA n.º 218/73 e 417/98, porquanto extrapolam as competências estabelecidas na Lei n.º 5.194/66.
- Apelação provida

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 7/29

Processo
ApCiv - APELAÇÃO CÍVEL / SP
0006440-79.2007.4.03.6100
Relator(a): Desembargador Federal MONICA AUTRAN MACHADO NOBRE
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: 4ª Turma
Data do Julgamento: 26/06/2020
Data da Publicação/Fonte: Intimação via sistema DATA: 29/06/2020

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO-CREA/SP. REGISTRO DA EMPRESA CUJA ATIVIDADE BÁSICA NÃO SE ENQUADRA NO RAMO DA ARQUITETURA, ENGENHARIA E AGRONOMIA. NÃO OBRIGATORIEDADE. EMPRESA INSCRITA EM OUTRO CONSELHO. APELAÇÃO PROVIDA.
-A respeito da inscrição de pessoa jurídica no conselho de fiscalização profissional, a Lei n.º 6.839/80, em seu art. 1º, estabelece: "Art. 1º. O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros."
-Conforme entendimento firmado no âmbito do STJ é a atividade preponderante desenvolvida na empresa que determina a qual conselho profissional deverá submeter-se.
-Da análise do Contrato Social, verifica-se que o objeto da sociedade empresária é "indústria e comércio de embalagens, artefatos de poliestireno expansivo e artigos para enfeites", logo, não há a prestação de serviços próprios da profissão de engenheiro, agrônomo ou arquiteto, não havendo razão para sua sujeição ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo-CREA/SP.
-A apelante, na condição de fabricante de artefatos de plásticos, já é registrada junto ao Conselho Regional de Química desde 1984 e possui profissional inscrito naquele conselho, o qual responde tecnicamente pela empresa, assim, incabível o registro em mais de um Conselho Profissional
-Apelação provida

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 8/29

Processo

ApCiv - APELAÇÃO CÍVEL / SP
0003236-16.2016.4.03.6131
Relator(a): Desembargador Federal DENISE APARECIDA AVELAR
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: 3ª Turma
Data do Julgamento: 18/06/2020
Data da Publicação/Fonte: e - DJF3 Judicial 1 DATA: 23/06/2020

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MATERIAL PLÁSTICO REFORÇADOS COM FIBRA DE VIDRO. EXIGIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DA ÁREA. AUTO DE INFRAÇÃO. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. Trata-se de ação ajuizada com o fito de obter a anulação do auto de infração lavrado pelo Conselho Regional de Química – IV Região e seja determinada a desobrigatoriedade de contratação de profissional da área química por parte da empresa autora.
2. De acordo com o artigo 1º da Lei nº 6.839/80, o critério legal para a obrigatoriedade de registro perante os Conselhos profissionais, bem como para a contratação de profissional especializado é determinado pela atividade básica ou pela natureza de serviços prestados pela empresa.
3. No caso em apreço, verifica-se que a atividade básica desenvolvida pela autora é a fabricação de artefatos de material plástico, especificamente aqueles produtos reforçados com fibra de vidro, tais como capas de colunas, caixas de itinerários, caixas de portas e estribos para ônibus.
4. Segundo a perícia técnica realizada nos autos, trata-se de produtos industriais obtidos por meio de conversões químicas e operações unitárias, dando origem a um produto de valor industrial realçado, tendo como matéria-prima produtos ou substâncias químicas como ceras desmoldantes, manta de fibra de vidro e “roving”, resina poliéster, gel coating preparado, peróxido de metil-etil-cetona, primer e solventes.
5. A expert afirmou, ainda, que as matérias-primas são utilizadas em mistura feita por um funcionário responsável por esta área do processo, sem qualquer tipo de controle ou ambiente adequado, o que pode causar danos enormes, tais como contaminação no processo e prejuízo ao meio ambiente. Em conclusão, atestou que esse controle deve ser feito por técnico habilitado da área química.
6. A jurisprudência deste Tribunal tem reconhecido a obrigatoriedade de contratação de profissional da área química em casos semelhantes, mantendo-se hígida, portanto, a autuação em comento.
7. Apelação desprovida

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 9/29

Processo
ApCiv - APELAÇÃO CÍVEL / MS
5000078-78.2018.4.03.6006
Relator(a): Desembargador Federal NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: 3ª Turma
Data do Julgamento: 05/03/2020
Data da Publicação/Fonte: e - DJF3 Judicial 1 DATA: 11/03/2020

Ementa: ADMINISTRATIVO. REGISTRO EM CONSELHO PROFISSIONAL. ATIVIDADE BÁSICA DA EMPRESA. LEI Nº 6.839/80. COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. A questão debatida nos presentes autos refere-se à obrigatoriedade de inscrição da autora junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul - CREA/MS.
2. O registro em órgão de fiscalização profissional tem por pressuposto a atividade básica exercida pela empresa ou a natureza dos serviços prestados, a teor do disposto no artigo 1º da Lei nº 6.839/80.
3. No caso em apreço, verifica-se através do objeto social da empresa que a atividade básica por ela desempenhada é a comercialização e manutenção de extintores de incêndio, que não se enquadra dentre aquelas privativas da área de engenharia, arquitetura ou agronomia. Precedentes.
4. É de rigor, portanto, seja declarada a anulação das autuações em questão, bem como a inexistência de relação jurídica que obrigue a autora a registrar-se perante o CREA/MS.
5. Apelação desprovida.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 10/29

Processo
ApReeNec - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO / SP
5002562-75.2018.4.03.6100
Relator(a): Desembargador Federal NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: 3ª Turma
Data do Julgamento: 05/03/2020
Data da Publicação/Fonte: Intimação via sistema: 10/03/2020

Ementa: PROCESSO CIVIL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. REGISTRO EM CONSELHO PROFISSIONAL. ATIVIDADE BÁSICA DA EMPRESA. LEI Nº 6.839/80. VEDAÇÃO DO DUPLO REGISTRO. APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA DESPROVIDAS.
1. A questão debatida nos presentes autos refere-se à obrigatoriedade de inscrição da impetrante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo - CREA/SP.
2. A alegação de inadequação da via eleita não merece prosperar, pois a impetrante logrou êxito em comprovar, de plano, a dupla inscrição em diferentes Conselhos Regionais, bem como a atividade preponderante desenvolvida pela empresa, qual seja, produção, comercialização, importação e exportação de produtos químicos em geral.
3. O registro em órgão de fiscalização profissional tem por pressuposto a atividade básica exercida pela empresa ou a natureza dos serviços prestados, a teor do disposto no artigo 1º da Lei nº 6.839/80. Precedentes.
4. No caso em apreço, verifica-se através do objeto social da empresa que a atividade básica por ela desempenhada é inerente à área química e que a impetrante já se encontra registrada junto ao Conselho Regional de Química de São Paulo, sendo vedada a dupla inscrição.
5. É de rigor, portanto, seja declarada a inexistência de relação jurídica que obrigue a impetrante ao registro e manutenção de certificado de regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo, bem como seja determinado o cancelamento do seu registro junto ao Conselho Profissional e da cobrança de anuidades.
6. Apelação e remessa necessária desprovidas.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 11/29

Processo
ApCiv - APELAÇÃO CÍVEL / SP
0000579-02.2014.4.03.6122
Data do Julgamento: 11/02/2020
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Data da Publicação/Fonte: e - DJF3 Judicial 1 DATA: 14/02/2020

Ementa: ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA. LEI Nº 5.194/66. EMBALAGENS PLÁSTICAS. INDÚSTRIA E COMÉRCIO. REGISTRO. DESNECESSIDADE.
1. Do texto legal não se depreende a obrigatoriedade da contratação de engenheiro químico por empresa cujo objeto social seja a industrialização e a comercialização de embalagens plásticas em geral (ID 89960170, fl. 105).
2. A Lei nº 6.839/80 vinculou o registro das empresas nos Conselhos Profissionais à atividade inerente ao exercício da profissão e àquelas em que o serviço seja prestado diretamente a terceiros. Empresa que não possui atividade básica relacionada à engenharia, arquitetura e agronomia, nem tampouco presta serviços desta natureza, não está obrigada ao registro perante o CREAA/SP.
3. A empresa apelada está regularmente inscrita no Conselho Regional de Química, sendo descabido exigir o duplo registro.
4. Apelação improvida.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 12/29

Processo
ApCiv - APELAÇÃO CÍVEL / SP
0010857-36.2011.4.03.6100
Data do Julgamento: 11/02/2020
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Data da Publicação/Fonte: e - DJF3 Judicial 1 DATA: 14/02/2020

Ementa: ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA - CREAA. LEI Nº 5.194/66. EMBALAGENS PLÁSTICAS. INDÚSTRIA E COMÉRCIO. REGISTRO. DESNECESSIDADE.
1. Do texto legal não se depreende a obrigatoriedade da contratação de engenheiro químico por empresa cujo objeto social seja a produção e venda de produtos químicos em geral e, em especial, de estabilizantes para PVC e outros produtos, com como a importação e a exportação em geral e a intermediação de vendas de produtos químicos nacionais e estrangeiros, podendo, outrossim, participar de outras empresas, na qualidade de associada, sócia quotista ou acionista. Tais atividades não se configuram como função típica dos mencionados profissionais.
2. A Lei nº 6.839/80 vinculou o registro das empresas nos Conselhos Profissionais à atividade inerente ao exercício da profissão e àquelas em que o serviço seja prestado diretamente a terceiros. Empresa que não possui atividade básica relacionada à engenharia, arquitetura e agronomia, nem tampouco presta serviços desta natureza, não está obrigada ao registro perante o CREAA/SP.
3. A empresa apelada está regularmente inscrita no conselho Regional de Química, sendo descabido exigir o duplo registro.
4. Remessa oficial, tida por interposta, não conhecida. Apelação improvida.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 13/29

Número: 0009810-34.2010.4.03.6109
Classe: APELAÇÃO CÍVEL (ApCiv)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL MAIRAN GONCALVES MAIA JUNIOR
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 21/11/2019

Ementa: ADMINISTRATIVO. REGISTRO PROFISSIONAL. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA. ATIVIDADE DE CERÂMICA. DESNECESSIDADE.
1. A obrigatoriedade de registro nos Conselhos Profissionais, nos termos da legislação específica (Lei n. 6.839/80, art. 1º), vincula-se à atividade básica ou natureza dos serviços prestados.
2. Empresa cuja atuação básica consiste na indústria e comércio de churrasqueiras e fornos de argila não revela como atividade-fim a engenharia ou agronomia.
3. As resoluções do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, mencionadas pela Autarquia em suas razões recursais, não tem o condão de impor a sobredita obrigatoriedade à autora, pelo fato de seu objeto social compreender "fabricação de material cerâmico", sendo certo que a referida norma buscou enquadrar várias atividades em sua área de abrangência, sem qualquer fundamento legal para tanto.
4. Honorários recursais no percentual de 1% sobre o valor da causa, a serem acrescidos aos fixados pelo Juízo de primeiro grau, a teor do disposto no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil.
5. Apelação a que se nega provimento.
Decisão
A Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 14/29

Processo
ApelRemNec - APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA - 1548915 / SP
0021864-50.1996.4.03.6100
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRE NABARRETE
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: QUARTA TURMA
Data do Julgamento: 29/08/2019
Data da Publicação/Fonte: e-DJF3 Judicial 1 DATA:23/09/2019

Ementa: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. CREA. REGISTRO. ATIVIDADE BÁSICA. INSCRIÇÃO JÁ EFETIVADA JUNTO AO CRF. RECURSO DESPROVIDO.
- De acordo com o artigo 1º da Lei nº 6.839/80, há a obrigatoriedade do registro de empresas nas entidades competentes para a fiscalização do exercício profissional, em razão de sua atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
- Os artigos 27, 59 e 60 da Lei n.º 5.194/66 estabelecem quais competências do engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, bem como quais empresas devem se registrar perante a autarquia.
- A Resolução n.º 218/73 regulamentou a Lei n.º 5.194/99 ao discriminar as atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia e as empresas industriais necessitam de registro.
- O objeto social da empresa é a é a fabricação de sabonetes, produtos de toucador e derivados, sabões, produtos detergentes para fins industriais e domésticos, bem como produtos químicos em geral, razão pela qual estava registrada junto ao Conselho Regional de Química à época da lavratura do auto de infração.
- Efetivado o registro junto ao CRQ e vedada a duplicidade de registros, não haveria razão para alteração de tal situação.
- Apelação desprovida.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 15/29

Processo
ApCiv - APELAÇÃO CÍVEL - 2222850 / SP
0008341-97.2012.4.03.6103
Relator(a): JUIZ CONVOCADO SILVA NETO
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: QUARTA TURMA
Data do Julgamento: 18/07/2019
Data da Publicação/Fonte: e-DJF3 Judicial 1 DATA:08/08/2019

Ementa: AÇÃO DE RITO COMUM - CONSELHO DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - ATIVIDADE PREPONDERANTE LIGADA À QUÍMICA - DESNECESSIDADE DE FILIAÇÃO AO CREA - MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - PROCEDÊNCIA AO PEDIDO - IMPROVIMENTO À APELAÇÃO DO CONSELHO - PROVIMENTO À APELAÇÃO PRIVADA
1. Busca o polo autor o reconhecimento de inexistência de relação jurídica para com o CREA, que lhe imputou multa, fls. 28, significando dizer de nenhum sentido a integração do CRQ à lide, pois o debate está envolto aos aqui contendores, brotando o interesse de agir privado da autuação que sofreu.
2. Para definição da necessidade de filiação a determinado Conselho, há a necessidade de apurar qual a predominância da atividade principal do mister, na forma do art. 1º, da Lei 6.839/80.
3. Jamais logrou o CREA apontar que a empresa Monsanto desempenha atividades vinculadas à Engenharia, possuindo o autor registro junto ao Conselho Regional de Química, fls. 147.
4. O objeto social da empresa, ao tempo dos fatos, é cristalino ao apontar para a manufatura, transformação, comercialização de quaisquer produtos químicos, para fins industriais, agrícolas, farmacêuticos e equipamentos mecânicos ou eletrônicos e de produtos ou bens derivados dos mesmos, fls. 262.
5. Na mesma Fiscalização em que apontado o nome do polo autor, anotou-se o nome do profissional Wagner Monteiro Pereira, que também foi autuado pelo CREA, fls. 131.
6. Referida pessoa também ingressou no Judiciário para combater a multa aplicada, autos 00083393020124036103, que foram apreciados pela C. Terceira Turma desta E. Corte, transitando em julgado no ano 2015, lá tendo sido firmada a preponderância da atividade empresarial (Monsanto) na área da Química, o que afasta, assim, o anseio do CREA. Precedente.
7. Do quanto carreado ao feito, limpidamente resulta consistente a evidência de enquadramento da atividade em pauta à área sujeita ao crivo do Conselho Regional de Química, aplicando-se o preceito "ubi eadem ratio, ibi idem jus".
8. O valor da causa é de R$ 1.000,00, fls. 25, portanto enquadrado em critério previsto no § 8º, do art. 85, CPC, por ser claramente de baixa monta, devendo a verba honorária ser fixada por critério equitativo.
9. Tomando-se por base o tempo para a solução da lide, a inexistência de complexidade, o local da prestação do serviço e o trabalho do Advogado à causa, de rigor o arbitramento de verba honorária sucumbencial da ordem de R$ 700,00 (setecentos reais), cifra esta que não é irrisória, mas observa os parâmetros legais que norteiam a especificidade telada, monetariamente atualizados e com juros segundo o Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 267/2013.
10. Lavrada a r. sentença em 11/05/2016, devidos honorários advocatícios recursais, art. 85, § 11, CPC, majorando-se a quantia arbitrada em R$ 100,00 (cem reais), totalizando a sucumbência em R$ 800,00 (oitocentos reais), monetariamente atualizados e com juros segundo o Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 267/2013, EDcl no AgInt no REsp 1573573/RJ, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 04/04/2017, DJe 08/05/2017.
11. Improvimento à apelação do Conselho. Provimento à apelação autoral, reformada a r. sentença unicamente para majorar os honorários advocatícios, na forma aqui estatuída.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 16/29

Processo
ApCiv - APELAÇÃO CÍVEL / SP
5021016-06.2018.4.03.6100
Relator(a): Desembargador Federal CECILIA MARIA PIEDRA MARCONDES
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: 3ª Turma
Data do Julgamento: 24/06/2019
Data da Publicação/Fonte: e - DJF3 Judicial 1 DATA: 28/06/2019

Ementa ADMINISTRATIVO. EMPRESA CUJA ATIVIDADE BÁSICA É A FABRICAÇÃO E O ENVASAMENTO DE TINTAS. REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (CREA/SP) – DESNECESSIDADE.
1. A averiguação acerca da necessidade de registro junto ao CREA/SP deve ter por supedâneo a atividade básica exercida pela empresa (artigo 1º da Lei nº 6.839/1980)
2. A atividade básica da apelada, assim entendida como aquela de natureza principal/preponderante, é a fabricação e o envasamento de tintas (exegese do Contrato Social, do CNPJ e da Perícia produzida no bojo dos autos).
3. A atividade em questão não é privativa de engenheiros. Por se tratar de atividade básica que não é de exclusiva execução por engenheiros, não se faz necessário o registro no CREA/SP. Precedentes (STJ e TRF3).
4. Inaplicáveis as disposições da Resolução CONFEA 417/1998, citada no apelo, visto que esta norma infralegal criou hipóteses de submissão ao registro não previstas em lei, de modo a extrapolar as atribuições que lhe são próprias. Precedentes do TRF3.
5. Acréscimo do percentual de 2% (dois por cento) ao importe fixado na sentença a título de verba honorária (artigo 85, § 11, do CPC).
6. Apelação a que se nega provimento.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 17/29

Processo
ApReeNec - APELAÇÃO / REEXAME NECESSÁRIO / SP
5017942-41.2018.4.03.6100
Relator(a)
Desembargador Federal FABIO PRIETO DE SOUZA
Órgão Julgador
6ª Turma
Data do Julgamento
18/03/2019
Data da Publicação/Fonte
Intimação via sistema DATA: 24/03/2019
Ementa

E M E N T A

ADMINISTRATIVO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL – FABRICAÇÃO DE SABÕES E DETERGENTES - EMPRESA REGISTRADA NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - IMPOSSIBILIDADE DE DUPLO REGISTRO - REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA (CREA) INDEVIDO - ATIVIDADE BÁSICA -
1. O artigo 1º, da Lei Federal nº 6.839/80, determina o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
2. O objetivo social da impetrante: “a fabricação de sabões e detergentes sintéticos" (ID 7177915, pág. 25).
3. A impetrante está inscrita no Conselho Regional de Química sob o nº 10739-F, em razão de sua atividade básica.
4. É incabível a filiação em dois conselhos profissionais, em decorrência do exercício da mesma atividade.
5. Além disso, o artigo 335, da Consolidação das Leis do Trabalho, deixa claro que a atividade da impetrante é relacionada à química, pois estabelece que “é obrigatória a admissão de químicos nos seguintes tipos de indústria: a) de fabricação de produtos químicos; b) que mantenham laboratório de controle químico; c) de fabricação de produtos industriais que são obtidos por meio de reações químicas dirigidas, tais como: cimento, açúcar e álcool, vidro, curtume, massas plásticas artificiais, explosivos, derivados de carvão ou de petróleo, refinação de óleos vegetais ou minerais, sabão, celulose e derivados”.
6. Apelação e Remessa Oficial desprovidas.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 18/29

Processo
Ap - APELAÇÃO CÍVEL - 2136622 / SP
0001119-66.2012.4.03.6107
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRE NABARRETE
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: QUARTA TURMA
Data do Julgamento: 18/12/2018
Data da Publicação/Fonte: e-DJF3 Judicial 1 DATA:22/01/2019

Ementa
ADMINISTRATIVO. AGRAVO RETIDO DESPROVIDO. APELAÇÃO. CREA. REGISTRO. ATIVIDADE BÁSICA. INSCRIÇÃO JÁ EFETIVADA JUNTO AO CRQ. DESPROVIDO.
- Nos termos do artigo 420 do CPC/73, a prova pericial é despicienda nas hipóteses em que a prova do fato não depender de conhecimento técnico especial, bem como for desnecessária em vista do conjunto probatório.
- Os documentos carreados nos autos são suficientes à apuração da matéria, de modo que não houve cerceamento de defesa ou violação ao artigo 5º, inciso LV, da CF. Ademais, inexiste impedimento para que o juízo repute suficientes as provas apresentadas para a formação da sua convicção. Precedentes.
- De acordo com o artigo 1º da Lei nº 6.839/80, há a obrigatoriedade do registro de empresas nas entidades competentes para a fiscalização do exercício profissional, em razão de sua atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
- Os artigos 27, 59 e 60 da Lei n.º 5.194/66 estabelecem quais competências do engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, bem como quais empresas devem se registrar perante a autarquia.
- A Resolução n.º 218/73 regulamentou a Lei n.º 5.194/99 ao discriminar as atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia e as empresas industriais necessitam de registro.
- O objeto social da empresa é a indústria e comércio de carrinhos para supermercado e gôndolas, além da prestação de serviços de reforma (fl. 15), inclusive galvanização e zincagem, razão pela qual está registrada junto ao Conselho Regional de Química.
- Efetivado o registro junto ao CRQ e vedada a duplicidade de registros, não haveria razão para alteração de tal situação.
- Agravo retido desprovido. Apelação desprovida.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 19/29

Processo
Ap - APELAÇÃO CÍVEL - 2109202 / SP
0004597-05.2014.4.03.6110
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRE NABARRETE
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: QUARTA TURMA
Data do Julgamento: 18/12/2018
Data da Publicação/Fonte : e-DJF3 Judicial 1 DATA:22/01/2019

Ementa: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. CREA. REGISTRO. ATIVIDADE BÁSICA. INSCRIÇÃO JÁ EFETIVADA JUNTO AO CRQ. RECURSO DESPROVIDO.
- De acordo com o artigo 1º da Lei nº 6.839/80, há a obrigatoriedade do registro de empresas nas entidades competentes para a fiscalização do exercício profissional, em razão de sua atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
- Os artigos 27, 59 e 60 da Lei n.º 5.194/66 estabelecem quais competências do engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, bem como quais empresas devem se registrar perante a autarquia.
- A Resolução n.º 218/73 regulamentou a Lei n.º 5.194/99 ao discriminar as atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia e as empresas industriais necessitam de registro.
- O objeto social da empresa é a indústria e comércio, inclusive importação e exportação de produtos petroquímicos e conexos, especialmente, formaldeído, hexametilenotetramina, pentaeritritol e formiato de sódio, razão pela qual está registrada junto ao Conselho Regional de Química.
- Efetivado o registro junto ao CRQ e vedada a duplicidade de registros, não haveria razão para alteração de tal situação.
- Apelação desprovida.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 20/29

Número: 0011551-23.2016.4.03.6102
Classe: APELAÇÃO CÍVEL (ApCiv)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO SARAIVA
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão julgador: QUARTA TURMA
Data: 24/10/2018

Ementa: ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. CERCEAMENTO DEFESA. PRELIMINAR REJEITADA. OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO NO CREA. DESCABIMENTO. ATIVIDADE BÁSICA NÃO VINCULADA AO ÓRGÃO FISCALIZADOR. DUPLO REGISTRO. IMPOSSIBILIDADE. APELAÇÃO IMPROVIDA.
1. Afasto a preliminar de cerceamento de defesa, porquanto, sendo o magistrado o destinatário da prova, a ele cabe decidir sobre o necessário à formação do próprio convencimento. Desse modo, a apuração da suficiência dos elementos probatórios que justificaram o indeferimento do pedido de produção de prova pericial. Vale dizer, a prova pericial será indeferida nas hipóteses em que a prova do fato não depender de conhecimento técnico especial, bem como for desnecessária em vista de outras provas. No caso, os documentos carreados nos autos são suficientes à apuração da matéria, qual seja, a exigência do registro da empresa apelada nos quadros do Conselho-réu.
2. De acordo com o artigo 1º da Lei nº 6.839/80 o critério legal para a obrigatoriedade de registro perante os Conselhos profissionais, bem como para a contratação de profissional especializado é determinado pela atividade básica ou pela natureza de serviços prestados pela empresa.
3. Verifica-se que o objeto social da empresa é proeminente químico, sendo que a sua atividade base não é condizente com a área da engenharia, já que não tem como atividade fim a execução de trabalhos técnicos especializados próprios de Engenheiro, bem como não presta serviços dessa natureza a terceiros, daí a desnecessidade de inscrição no Conselho-réu.
4. Resta evidenciado que a autora não desenvolve atividade própria de engenheiro químico, razão pela qual não justifica as atuações realizadas pelo Conselho, sendo necessário destacar, ainda, que a autora já é inscrita no Conselho Regional de Química, sendo vedado o duplo registro.
5. Apelação improvida.

Decisão
A Turma, por unanimidade, negou provimento à apelação.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 21/29

Processo
Ap - APELAÇÃO CÍVEL - 1556199 / SP
0022648-85.2000.4.03.6100
Relator(a) DESEMBARGADOR FEDERAL ANDRE NABARRETE
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: QUARTA TURMA
Data do Julgamento: 03/10/2018
Data da Publicação/Fonte: e-DJF3 Judicial 1 DATA:09/11/2018

Ementa: ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. CREA. REGISTRO. ATIVIDADE BÁSICA PASSÍVEL DE FISCALIZAÇÃO POR MAIS DE UM CONSELHO. INSCRIÇÃO JÁ EFETIVADA JUNTO AO CRQ. RECURSO ADESIVO. ASSISTÊNCIA LITISCONSORCIAL. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.
- De acordo com o artigo 1º da Lei nº 6.839/80, há a obrigatoriedade do registro de empresas nas entidades competentes para a fiscalização do exercício profissional, em razão de sua atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
- Os artigos 27, 59 e 60 da Lei n.º 5.194/66 estabelecem quais competências do engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo, bem como quais empresas devem se registrar perante a autarquia.
- A Resolução n.º 218/73 regulamentou a Lei n.º 5.194/99 ao discriminar as atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia e as empresas industriais necessitam de registro.
- O objeto social da empresa é a industrialização, comercialização, importação e exportação de papéis, papelão, produtos gráficos, formulários contínuos e planos, cadernos, bobinas para todas as finalidades, tipografia, papelaria e impressos, razão pela qual está registrada junto ao Conselho Regional de Química.
- Realizada prova pericial restou constatado que para a fiscalização do trabalho desenvolvido na indústria ambos os conselhos seriam competentes, mas que já efetivado o registro junto ao CRQ e vedada a duplicidade de registros, não haveria razão para alteração de tal situação.
- Conforme ensinam Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery (in Código de Processo Civil comentado e Legislação Extravagante, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 7ª Edição, 2003, p. 421), somente pode intervir como assistente o terceiro que tiver interesse jurídico em que uma das partes vença a ação. No caso, carece a recorrente de interesse recursal em relação ao indeferimento do pedido de admissão do assistente litisconsorcial, uma vez que o direito de intervir no processo pertence ao terceiro e não a ela.
- Apelação desprovida. Recurso adesivo não conhecido.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 22/29

Processo
Ap - APELAÇÃO CÍVEL - 1823124 / SP
0005501-85.2010.4.03.6103
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL NELTON DOS SANTOS
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA
Data do Julgamento: 01/08/2018
Data da Publicação/Fonte: e-DJF3 Judicial 1 DATA:08/08/2018

Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. CREAA. MULTA. INFRAÇÃO. FALTA DE REGISTRO. INSCRIÇÃO REGULAR NO CRQ. OBJETO SOCIAL: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE BORRACHA PARA VEÍCULOS, COMÉRCIO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO. ATIVIDADE BÁSICA NÃO SUJEITA A ATUAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL DO CREA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.
1. Caso em que são manifestamente improcedentes os embargos declaratórios, pois não se verifica qualquer omissão no julgamento impugnado, mas mera contrariedade das embargantes com a solução dada pela Turma, que adotou entendimento consolidado na jurisprudência.
2. Não há omissão no acórdão, haja vista que a decisão embargada inverteu a condenação da verba honorária e das custas processuais, mantendo os parâmetros fixados em sentença.
3. Também, não há falar em omissão quanto ao disposto no artigo 7º, alínea "h" da Lei n.º 5.194/66, pois o acórdão adotou o entendimento dominante no Superior Tribunal de Justiça de que a atividade básica e a natureza dos serviços desenvolvida pela empresa, determina a obrigatoriedade de registro perante o conselho profissional. Asseverou, ainda, o julgado, que a atividade desenvolvida pela autora não se enquadra nas áreas profissionais específicas, objeto de fiscalização da entidade paraestatal.
4. A omissão que justifica o acolhimento dos embargos de declaração não diz respeito à falta de menção explícita dos dispositivos legais referidos no recurso ou à falta de exaustiva apreciação, ponto por ponto, de tudo quanto suscetível de questionamentos.
5. Embargos de declaração rejeitado

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 23/29

Processo
AI - AGRAVO DE INSTRUMENTO / SP
5006670-17.2018.4.03.0000
Relator(a): Desembargador Federal ANTONIO CARLOS CEDENHO
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: 3ª Turma
Data do Julgamento: 05/07/2018
Data da Publicação/Fonte: e - DJF3 Judicial 1 DATA: 13/07/2018

Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. REGISTRO PROFISSIONAL. CREA. ATIVIDADE DE CERÂMICA. DESNECESSIDADE. AGRAVO DESPROVIDO.
1. A jurisprudência dos Tribunais Federais tem sido pacificamente no sentido de que o registro de uma empresa junto ao Conselho Profissional deve ser feito de acordo com a atividade-fim exercida.
2. Assim, as empresas que utilizam o barro como matéria prima para fabricação de tijolos, telhas etc. não estão ligadas à extração da argila do meio ambiente, mas sim à exploração deste material após ter sido extraído.
3. Vale dizer que tais empresas adquirem a argila de algum fornecedor e trabalham em cima dela, moldando e transformando o barro.
4. Deste modo, realmente não parece ser necessário, ao menos a princípio, o registro das empresas de cerâmica junto ao CREA.
5. Agravo não provido.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 24/30

Processo
Ap - APELAÇÃO CÍVEL - 2274083 / SP
0002484-27.2013.4.03.6106
Relator(a): JUIZ CONVOCADO PAULO SARNO
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: SEXTA TURMA
Data do Julgamento: 01/02/2018
Data da Publicação/Fonte: e-DJF3 Judicial 1 DATA:09/02/2018

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHO PROFISSIONAL. CREA - SP. INSCRIÇÃO. ATIVIDADE BÁSICA DA EMPRESA. INDÚSTRIA DE ARTEFATOS PLÁSTICOS. INEXIBILIDADE DE PRESENÇA DE ENGENHEIRO QUÍMICO.
1. A Lei nº 6.839, de 30/10/1980, ao se referir à obrigatoriedade de inscrição nos conselhos profissionais, vinculou à atividade básica da empresa ou àquela pela qual preste serviço a terceiros.
2. Em análise ao citado diploma legal, vê-se que a obrigatoriedade do registro da empresa no órgão profissional decorre do exercício de atividade relacionada às funções desempenhadas em suas dependências.
3. No caso vertente, a apelada tem como objeto social a indústria de embalagens e artefatos de matéria plástica (fl. 10).
4. Em perícia realizada por profissional nomeado pelo Juízo, Sra. Rosane Alves Ferreira, química industrial, com inscrição nº 04262460 no CRQ da 4ª região, restou concluído que tais atividades não se revelam como atividade básica ou prestação de serviços compreendidos no exercício da profissão do engenheiro químico (fls. 123/335).
5. De outra parte, a apelada já se encontra devidamente registrada no Conselho Regional de Química do Estado de São Paulo (fls. 212/218). Não há amparo legal a exigir a duplicidade de registros, mesmo porque a própria Lei nº 6.839/80 tem como fundamento a unidade do registro da empresa ou do profissional habilitado, consoante a atividade fundamental desenvolvida.
6. No tocante aos honorários advocatícios, necessária a reforma da sentença para redução dos honorários advocatícios ao patamar de 10% sobre o valor da execução impugnada.
7. Apelação e remessa necessária parcialmente providas.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 25/29

Processo
Ap - APELAÇÃO CÍVEL - 2055228 / SP
0009495-28.2013.4.03.6100
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO CEDENHO
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA
Data do Julgamento: 22/11/2017
Data da Publicação/Fonte: e-DJF3 Judicial 1 DATA:28/11/2017

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. CREA/SP. INDEFERIMENTO DE PROVA PERICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. REGISTRO DE EMPRESA. ATIVIDADE PREPONDERANTE SUJEITA À FISCALIZAÇÃO PELO CRQ/SP. VEDAÇÃO AO DUPLO REGISTRO. APELAÇÃO DESPROVIDA.

1. A questão devolvida a esta E. Corte diz respeito ao registro de empresa junto ao CREA/SP.
2. Ab initio, cumpre afastar a preliminar de cerceamento de defesa. Ainda que o Magistrado a quo tenha indeferido a prova pericial requerida pela apelante, o destinatário das provas é o Juiz e este pode dispensar a sua produção quando já houver elementos suficientes para formar o seu convencimento. Precedentes do STJ (AINTARESP 201600525280, MARCO AURÉLIO BELLIZZE - TERCEIRA TURMA, DJE DATA:22/06/2016 ..DTPB) e do STF (AI-AgR 737693, RICARDO LEWANDOWSKI, STF).
3. Nesse sentido, o processo já se encontra devidamente instruído, sendo desnecessária a produção da prova pericial requerida.
4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou-se no sentido de que a obrigatoriedade de registro nos conselhos profissionais e a indicação de responsável técnico é determinada pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa. Precedentes (AGARESP 201600179730, HERMAN BENJAMIN, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:27/05/2016 ..DTPB / AGRESP 200901500633, SÉRGIO KUKINA, STJ - PRIMEIRA TURMA, DJE DATA:11/05/2016 ..DTPB).
5. Ainda, a jurisprudência veda o duplo registro, devendo a empresa ser registrada junto ao Conselho que fiscaliza a sua atividade principal, ainda que exerça secundariamente atividades sujeitas a fiscalização por outros Conselhos Profissionais. Precedentes (APELREEX 00068902820124036106, DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MUTA, TRF3 - TERCEIRA TURMA, e-DJF3 Judicial 1 DATA:18/01/2017 ..FONTE_REPUBLICACAO / AC 00055018520104036103, DESEMBARGADOR FEDERAL NELTON DOS SANTOS, TRF3 - TERCEIRA TURMA, e-DJF3 Judicial 1 DATA:13/05/2016 ..FONTE_REPUBLICACAO).
6. Faz-se necessário, portanto, verificar qual a atividade preponderante da empresa apelada e qual o Conselho Profissional competente para fiscalizá-la.
7. Nesse sentido, a Lei nº 5.194/1966, em seu Art. 1º, estabelece que "as profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interêsse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos: a) aproveitamento e utilização de recursos naturais; b) meios de locomoção e comunicações; c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos; d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres; e) desenvolvimento industrial e agropecuário".
8. Já o Art. 20, da Lei nº 2.800/1956, dispõe que "além dos profissionais relacionados no decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - são também profissionais da química

os bacharéis em química e os técnicos químicos. § 1º Aos bacharéis em química, após diplomados pelas Faculdades de Filosofia, oficiais ou oficializadas após registro de seus diplomas nos Conselhos Regionais de Química, para que possam gozar dos direitos decorrentes do decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, fica assegurada a competência para realizar análises e pesquisas químicas em geral. § 2º Aos técnicos químicos, diplomados pelos Cursos Técnicos de Química Industrial, oficiais ou oficializados, após registro de seus diplomas nos Conselhos Regionais de Química, fica assegurada a competência para: a) análises químicas aplicadas à indústria; b) aplicação de processos de tecnologia química na fabricação de produtos, subprodutos e derivados, observada a especialização do respectivo diploma; c) responsabilidade técnica, em virtude de necessidades locais e a critérios do Conselho Regional de Química da jurisdição, de fábrica de pequena capacidade que se enquadre dentro da respectiva competência e especialização".

9. Consta da Décima Quarta Alteração e Consolidação do Contrato Social (fls. 21/33) que "a sociedade tem por objeto: (i) fabricar, por si ou por conta de terceiros, comerciar, comprar, vender, importar, exportar, produzir, distribuir, desenvolver, misturar e sintetizar produtos químicos orgânicos e inorgânicos, produtos de uso veterinário, produtos para alimentação animal, ingredientes em geral para as indústrias de alimentos, farmacêutica e cosmética humanas, vitaminas, produtos vitamínicos, derivados de vitaminas, derivados de hormônios, carotenoides, minerais, produtos nutritivos em geral e produtos de química fina de qualquer natureza e forma, sendo certo que em sua filial não serão desenvolvidas as atividades de fabricação, produção, desenvolvimento, mistura e síntese dos supramencionados produtos; (ii) fabricar, por si ou por conta de terceiros, comerciar, comprar, vender, importar, exportar, produzir, distribuir e desenvolver alimentos, alimentos dietéticos, alimentos enriquecidos, complementos e suplementos alimentares e semelhantes; (iii) prestar serviços de análises laboratoriais físico-químicas e microbiológicas e outras similares; (iv) adquirir e vender imóveis; (v) participar em outras sociedades; e (vi) conduzir atividades comerciais e financeiras relacionadas ao objeto ora definido".

10. Assim, verifica-se que a atividade explorada pela empresa não se sujeita a fiscalização pelo CREA/SP, sendo inexigíveis o registro e consectários, uma vez que a apelada já se encontra registrada junto ao CRQ/SP, Conselho Profissional que fiscaliza sua atividade econômica principal, e a jurisprudência veda o duplo registro.

11. Apelação desprovida

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 26/29

Processo
Ap - APELAÇÃO CÍVEL - 2258429 / SP
0003998-65.2012.4.03.6133
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO CEDENHO
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA
Data do Julgamento: 18/10/2017
Data da Publicação/Fonte: e-DJF3 Judicial 1 DATA:27/10/2017

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO. CREA/SP. REGISTRO DE EMPRESA. ATIVIDADE PREPONDERANTE SUJEITA À FISCALIZAÇÃO PELO CRQ/SP. VEDAÇÃO AO DUPLO REGISTRO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REDUÇÃO. ART. 85 DO CPC. DESCABIMENTO. APELAÇÃO DESPROVIDA.
1. A questão devolvida a esta E. Corte diz respeito ao registro de empresa que explora o ramo de "fabricação, montagem, comércio, importação e exportação de filtros, elementos filtrantes diversos, tanques, válvulas, bombas, registros e conexões, material de vedação, aparelhos e instrumentos de medição, além de equipamentos de filtração em geral, para uso doméstico, comercial e industrial"(fls. 17).
2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça pacificou-se no sentido de que a obrigatoriedade de registro nos conselhos profissionais e a indicação de responsável técnico é determinada pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa. Precedentes (AGARESP 201600179730, HERMAN BENJAMIN, STJ - SEGUNDA TURMA, DJE DATA:27/05/2016 ..DTPB / AGRESP 200901500633, SÉRGIO KUKINA, STJ - PRIMEIRA TURMA, DJE DATA:11/05/2016 ..DTPB).
3. Ainda, a jurisprudência veda o duplo registro, devendo a empresa ser registrada junto ao Conselho que fiscaliza a sua atividade principal, ainda que exerça secundariamente atividades sujeitas a fiscalização por outros Conselhos Profissionais. Precedentes (APELREEX 00068902820124036106, DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MUTA, TRF3 - TERCEIRA TURMA, e-DJF3 Judicial 1 DATA:18/01/2017 ..FONTE_REPUBLICACAO / AC 00055018520104036103, DESEMBARGADOR FEDERAL NELTON DOS SANTOS, TRF3 - TERCEIRA TURMA, e-DJF3 Judicial 1 DATA:13/05/2016 ..FONTE_REPUBLICACAO).
4. Faz-se necessário, portanto, verificar qual a atividade preponderante da empresa apelada e qual o Conselho Profissional competente para fiscalizá-la.
5. Nesse sentido, a Lei nº 5.194/1966, em seu Art. 1º, estabelece que "as profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interêsse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos: a) aproveitamento e utilização de recursos naturais; b) meios de locomoção e comunicações; c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos; d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres; e) desenvolvimento industrial e agropecuário".
6. Já o Art. 20, da Lei nº 2.800/1956, dispõe que "além dos profissionais relacionados no decreto-lei n.º 5.452, de 1 de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - são também profissionais da química os bacharéis em química e os técnicos químicos. § 1º Aos bacharéis em química, após diplomados pelas Faculdades de Filosofia, oficiais ou oficializadas após registro de seus diplomas nos Conselhos Regionais de Química, para que possam gozar dos direitos decorrentes do decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, fica assegurada a competência para realizar análises e pesquisas químicas em geral. § 2º Aos técnicos químicos, diplomados pelos Cursos Técnicos de Química Industrial, oficiais ou oficializados,

após registro de seus diplomas nos Conselhos Regionais de Química, fica assegurada a competência para: a) análises químicas aplicadas à indústria; b) aplicação de processos de tecnologia química na fabricação de produtos, subprodutos e derivados, observada a especialização do respectivo diploma; c) responsabilidade técnica, em virtude de necessidades locais e a critérios do Conselho Regional de Química da jurisdição, de fábrica de pequena capacidade que se enquadre dentro da respectiva competência e especialização".
7. Compulsando-se os autos, tanto o objeto social da apelada - "fabricação, montagem, comércio, importação e exportação de filtros, elementos filtrantes diversos, tanques, válvulas, bombas, registros e conexões, material de vedação, aparelhos e instrumentos de medição, além de equipamentos de filtração em geral, para uso doméstico, comercial e industrial" (fls. 17) - quanto as conclusões do laudo pericial - "as atividades desempenhadas na empresa são atividades privativas de químico, pois o responsável técnico executam análises químicas que é uma atividades básica na área de química e de laboratório" (fls. 297/323) - apontam que a principal atividade desenvolvida pela empresa apelada enquadra-se no ramo da química.
8. Assim, obriga-se a empresa somente ao registro junto ao CRQ-IV, sendo inexigível o registro junto ao CREA/SP enquanto permanecerem inalteradas as atividades desenvolvidas.
9. Quanto aos honorários advocatícios de sucumbência, é certo que decorrem de lei e são devidos, em homenagem ao princípio da causalidade, por aquele que deu causa à demanda. São critérios elencados pelo legislador para fixação da verba honorária: I) o grau de zelo do profissional; II) o lugar da prestação do serviço; III) a natureza e importância da causa; e IV) o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço. Nas causas em que a Fazenda Pública for parte, além desses critérios , devem ser observados também os seguintes percentuais: I) mínimo de dez e máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido até 200 (duzentos) salários-mínimos; II) mínimo de oito e máximo de dez por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; III) mínimo de cinco e máximo de oito por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; IV) mínimo de três e máximo de cinco por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; e V) mínimo de um e máximo de três por cento sobre o valor da condenação ou do proveito econômico obtido acima de 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Entretanto, nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico ou, ainda, quando o valor da causa for muito baixo, o juiz fixará o valor dos honorários por apreciação equitativa.
10. Trata-se a presente de ação declaratória, em que o proveito econômico e o valor da causa afiguram-se irrisórios, não devendo ser tomados isoladamente como base para o arbitramento dos honorários. Assim, não merece reparo a r. sentença, que fixou em R$1.500,00 (um mil quinhentos reais) os honorários devidos pela ora apelante, eis que compatíveis com os critérios elencados pelo CPC vigente.
11. Apelação desprovida.
12. Mantida a r. sentença in totum.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 27/29

Processo
ApReeNec - APELAÇÃO/REMESSA NECESSÁRIA - 368806 / SP
0002703-66.2015.4.03.6107
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL ANTONIO CEDENHO
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA
Data do Julgamento: 18/10/2017
Data da Publicação/Fonte: e-DJF3 Judicial 1 DATA:27/10/2017

Ementa
ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. VALIDADE E REGISTRO NO CRQ. ILEGALIDADE DA AUTUAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.
I - A questão central cinge-se em verificar se a atividade básica da impetrante enquadra-se dentro daquelas funções que reclamam o registro da empresa no conselho Regional, sujeitando-se à fiscalização do referido órgão profissional.
II - A Lei n.º 6.839, de 30/10/1980, ao se referir à obrigatoriedade de inscrição nos conselhos profissionais, estabelece em seu art. 1º, verbis: Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.
III - Nota-se, portanto, que a mens legis do dispositivo transcrito é coibir os abusos praticados por alguns conselhos que, em sua fiscalização de exercício profissional, obrigavam ao registro e pagamento de anuidades as empresas que contratavam profissionais para prestar tão somente serviços de assessoria ligados a atividades produtivas próprias.
IV - No caso concreto, o item IV do Contrato Social da impetrante menciona claramente o seu objeto social (fl. 26):"O objeto social é fabricação de chapas acrílicas, objetos de acrílicos..."Essa atividade não apresenta qualquer relação com aquelas privativas dos profissionais de engenharia. Ademais a impetrante já se encontra registrada junto ao CRQ, de forma que uma eventual controvérsia entre os dois conselhos profissionais deve ser resolvida no âmbito interno das instituições e não redundar em prejuízos ou situações embaraçosas para a autora.
V - Todavia, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 6.830/80, acima transcrita, a obrigatoriedade do registro de uma empresa em determinado conselho profissional se define em razão da atividade básica (principal) que ela exerce ou em relação àquela pela qual presta serviços a terceiros, ou seja, a atividade principal por ela desenvolvida.
VI - Assim, a impetrante não está obrigada ao registro no CREA/SP, nem por conseguinte, ao registro de profissional na qualidade de responsável técnico da mesma ou de setor técnico.
VII - Apelação e remessa oficial não providas.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 28/29

Processo

Ap - APELAÇÃO CÍVEL - 2189176 / SP
0006890-28.2012.4.03.6106
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL CARLOS MUTA
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA
Data do Julgamento: 15/12/2016
Data da Publicação/Fonte: e-DJF3 Judicial 1 DATA:18/01/2017

Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CREA. FABRICANTE DE ARTEFATOS DE MATERIAL PLÁSTICO. REGISTRO. INEXIGIBILIDADE. VERBA HONORÁRIA.
1. Consolidada a jurisprudência no sentido de que não cabe exigência de inscrição e registro em conselho profissional, nem contratação de profissional da área como responsável técnico, se a atividade básica exercida não esteja enquadrada nas áreas profissionais específicas, objeto de fiscalização por parte da entidade paraestatal.
2. Para enquadramento na hipótese de registro obrigatório no CREA, necessário que a autora exercesse atividade básica, ou prestasse serviços a terceiros, na área de engenharia, agronomia, ou arquitetura, ou seja, somente o profissional ou empresa que exerça, efetivamente, atividade profissional com ênfase específica em engenharia, e não em aplicação típica de química, sujeita-se à fiscalização do CREA, daí que se preserva o princípio da atividade básica, previsto na Lei nº 6.839/80.
3. A fabricação de artefatos de material plástico não envolve atividade básica ou prestação de serviços na área de engenharia, de sorte a exigir contratação de profissional da área ou registro da empresa no CREA, seja em razão da legislação específica, seja da jurisprudência firme e consolidada em torno da questão jurídica suscitada. Tal conclusão é reforçada quando se verifica que a embargante encontra-se já registrada no CRQ, tornando manifestamente infundada a exigência de novo registro, agora no CREA, como ora pretendido.
4. No tocante aos honorários advocatícios, firme e consolidada a jurisprudência no sentido de que, na aplicação do § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, e para que a sucumbência remunere dignamente o patrono da parte vencedora sem, porém, gerar ônus excessivo ou enriquecimento indevido em prejuízo da parte vencida, o que cabe considerar não é o parâmetro do percentual do valor da causa, visto em abstrato, mas a equidade, diante de critérios de grau de zelo do profissional, lugar de prestação do serviço, natureza e importância da causa, trabalho do advogado e tempo exigido para o serviço.
5. Apelação do embargado desprovida e apelação do patrono da embargante provida.

EMENTA DO TRF 3ª REGIÃO Nº 29/29

Processo
Ap - APELAÇÃO CÍVEL - 1997051 / SP
0003927-50.2012.4.03.6105
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL MARCELO SARAIVA
Origem: TRF - TERCEIRA REGIÃO
Órgão Julgador: QUARTA TURMA
Data do Julgamento: 23/11/2016
Data da Publicação/Fonte: e-DJF3 Judicial 1 DATA:19/01/2017

Ementa: ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO NO CREA. DESCABÍVEL ATIVIDADE BÁSICA. INDUSTRIALIZAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PEÇAS TÉCNICAS, COLCHÕES, TRAVESSEIROS, ARTIGOS DE ESPUMAS DE LÁTEX, BORRACHA E POLIURETANO. FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS PARA USO DOMÉSTICO E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MATERIAL PLÁSTICOS PARA OUTROS USOS. OBRIGATORIEDADE DE REGISTRO NO CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. IMPOSSIBILIDADE. DUPLO REGISTRO INVIÁVEL. APELAÇÃO IMPROVIDA.
1 - De acordo com o artigo 1º da Lei nº 6.839/80 o critério legal para a obrigatoriedade de registro perante os Conselhos profissionais, bem como para a contratação de profissional especializado é determinado pela atividade básica ou pela natureza de serviços prestados pela empresa.
2. Considerando que as atividades da empresa estão voltadas à "industrialização, comercialização e exportação de peças técnicas, colchões, travesseiros, artigos de espumas de látex, borracha e poliuretano. Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico e fabricação de artefatos de material plásticos para outros usos", de acordo com o seu contrato social e laudos periciais juntados aos autos, que atestam que a atividade da empresa está afeta à área de química, a obrigatoriedade de seu registro no CRQ é medida que se impõe.
3. Incabível, portanto a manutenção de sua inscrição no CREA, porquanto, é o objeto social que serve de identificação dos fins da empresa, possibilitando a aferição da necessidade de contratação de profissionais específicos para a área de sua atuação.
4. As atividades desenvolvidas pela autora, não se obrigam a manter registro junto ao CREA em razão de suas atividades, o que por si só, afasta a exigência do Conselho apelante, seja porque não exerce atividade básica voltada à área de engenharia, seja porque é vedado o duplo registro, não podendo a autora ser compelida a dupla inscrição.
4. Apelação improvida

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 1/28

Número: 5012748-69.2020.4.04.7100

Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (ApelRemNec)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO FAVRETO
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 21/09/2021
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação do Conselho, nos termos da fundamentação supra, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. ATIVIDADE BÁSICA. FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MATERIAL PLÁSTICO PARA USOS INDUSTRIAIS.
O critério de vinculação da empresa com o conselho profissional está diretamente relacionado com a atividade básica que é explorada ou com os serviços prestados a terceiros, nos termos do artigo 1º da Lei nº6.839/80.
2. Nos termos do art. 2º da Lei nº 5.194/66, constituem atividades típicas da profissão de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo o aproveitamento e utilização de recursos naturais, edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos, bem como instalações e meio de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres.
3. No caso em tela, extrai-se da Primeira Alteração e Consolidação de Ato Constitutivo da empresa Fable Elatômeros e Metais EIRELI EPP (CONTRSOCIAL3, Evento 01) que a parte autora exerce as seguintes atividades: "Fabricação de artefatos de material plástico para usos industriais; Fabricação de artefatos de material plásticos para uso pessoal e doméstico; Fabricação de artefatos de borracha para uso doméstico e uso pelas indústrias; Fabricação de outras máquinas e equipamentos de uso geral, pelas indústrias de borracha e plástico, peças e acessórios; Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo, peças e acessórios; Comércio atacadista de ferragens e ferramentas; Comércio atacadista de artigos de borracha e plástico para uso doméstico." Além disso, consta do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral que a principal atividade desenvolvida pela demandante é a "fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente" (SITCADCNPJ9, Evento 01). Desta feita, no que concerne às atividades desempenhadas pela parte autora, a jurisprudência tem reconhecido a necessidade de inscrição no CRQ, em detrimento do CREA, razão por que se afigura inexigível o registro perante este Conselho.
4. Sentença mantida.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 2/28

Número: 5078205-19.2018.4.04.7100
Classe: APELAÇÃO CIVEL (AC)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO FAVRETO
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 10/08/2021
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos da fundamentação supra, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. REGISTRO. DESNECESSIDADE. ANUIDADE. INEXIGIBILIDADE. DESCABIMENTO DO DUPLO REGISTRO EM CONSELHOS PROFISSIONAIS.
1. O critério legal de obrigatoriedade de registro nos conselhos de fiscalização profissional é determinado pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados, nos termos do art. 1° da Lei 6.839/80.
2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que é a atividade preponderante justifica a inscrição em determinado Conselho Profissional.
3. Na hipótese dos autos, consoante documentos que acompanham a inicial, observa-se que a atividade desenvolvida pela parte autora é preponderantemente química, consoante Certificados de Anotação de Função Técnica - AFT nº 96305 e AFT nº 106967, ambas registradas no CRQ/RS (OUT8 e OUT9) e Relatórios de Reciclo (OUT11 e OUT13).
Portanto, sendo a atividade básica desenvolvida pelo engenheiro químico que determina a que Conselho Profissional deve ele se vincular e, já estando a parte autora devidamente inscrita perante o CRQ/RS, entendo inexigível a obrigação de sua inscrição perante o CREA/RS.
4. O STJ já declarou a impossibilidade de obrigatoriedade de duplo registro junto aos Conselhos profissionais.
5. Sentença mantida.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 3/28

Número: 5008636-25.2019.4.04.7122
Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (ApelRemNec)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO FAVRETO
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 10/08/2021
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos da fundamentação supra, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA. REGISTRO. DESNECESSIDADE. ANUIDADE. INEXIGIBILIDADE. DESCABIMENTO DO DUPLO REGISTRO EM CONSELHOS PROFISSIONAIS.
1. O critério legal de obrigatoriedade de registro nos conselhos de fiscalização profissional é determinado pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados, nos termos do art. 1° da Lei 6.839/80.
2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que é a atividade preponderante justifica a inscrição em determinado Conselho Profissional.
3. Caso em que a atividade básica deve se registrar perante o CRQ/RS, sendo inexigível a obrigação de sua inscrição perante o CREA/RS.
4. O STJ já declarou a impossibilidade de obrigatoriedade de duplo registro junto aos Conselhos profissionais.
5. Sentença mantida.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 4/28

Número: 5006011-75.2019.4.04.7200
Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (ApelRemNec)
Relator(a): DESEMBARGADORA FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 29/06/2021
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação do Conselho, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INIBITÓRIA. CONSELHOS PROFISSIONAIS. CAMPANHA PUBLICITÁRIA. CONCORRÊNCIA DESLEAL. AVILTAMENTO DA PROFISSÃO. LEGITIMIDADE ATIVA DO CRQ/SC. PERDA SUPERVENIENTE DE OBJETO. NÃO OCORRÊNCIA.
1. Trata-se de ação autônoma que visa a obstar que o requerido CREA promova propaganda ou preste informações contrárias ao disposto na legislação.
2. O CREA, assim como o CRQ, foram instituídos para a proteção da integridade social, de modo a impedir o exercício profissional de inabilitados para tanto. A Lei nº 6.839/80, complementando as leis que regulam os exercícios profissionais, determinou o registro de empresas nos órgãos de fiscalização, com a devida anotação de profissionais legalmente habilitados, toda vez que a atividade empresarial incluir atividades exclusivas destes.
2. A partir da edição da Leiº 6.839/80, art. 1º, é a atividade básica efetivamente prestada pela pessoa física ou jurídica o critério utilizado para definir a obrigatoriedade de registro junto ao CRQ ou ao CREA.
3. A realização de propaganda pelo CREA, que constrange o engenheiro químico vinculado ao CRQ, acaba caracterizando a concorrência desleal ou o aviltamento da profissão, porquanto pode fazer parecer ao público em geral, que o único profissional que possui credibilidade, conhecimento e segurança para exercer as suas funções é o engenheiro químico registrado no Conselho vinculado à propaganda.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 5/28

Número: 5011261-64.2020.4.04.7100
Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (ApelRemNec)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: QUARTA TURMA
Data: 17/03/2021
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação do Conselho, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO. CREA. ATIVIDADE BÁSICA. LEI 6.839/80. REGISTRO/INSCRIÇÃO. ATIVIDADE BÁSICA. FABRICAÇÃO DE EMBALAGENS DE MATERIAL PLÁSTICO E RESINAS TERMOPLÁSTICAS. DESNECESSIDADE. EMPRESA COM REGISTRO NO CRQ.
- Nos termos do artigo 1º da Lei 6.839/80, que trata do registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, o critério para a exigência de inscrição no órgão de classe é a atividade básica desenvolvida pela empresa.
- Empresa cuja atividade básica consiste na fabricação de embalagens de material plástico, e de fabricação de resinas termoplásticas (filial - ev. 1 - OUT5), não precisa registrar-se no CREA, pois sua área de atuação não guarda relação com a engenharia. Assim, não está sujeita à fiscalização do referido conselho e não necessita contratar um engenheiro como responsável técnico. A apelada informou que possui registro junto ao CRQ.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 6/28

Número: 5005705-22.2018.4.04.7013

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (AC)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: QUARTA TURMA
Data: 09/09/2020
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos da fundamentação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA - CRQ. COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DOMÉSTICOS, URBANOS, INDUSTRIAIS E DE SERVIÇOS DE SAÚDE. REGISTRO E CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DA ÁREA QUÍMICA. OBRIGATORIEDADE. DESNECESSIDADE DE REGISTRO NO CREA.
- A coleta, o transporte e a disposição final de resíduos domésticos, urbanos, industriais e de serviços de saúde são atividades que obrigam ao registro da empresa perante o CRQ.
- As atividades de tratamento de resíduos químicos estão sujeitas à fiscalização do CRQ, o que afasta a necessidade de registro perante o CREA, bem como a multa por ele aplicada

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 7/28

Acórdão
Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL
Processo: 5009262-80.2018.4.04.9999
Data da Decisão: 26/08/2020
Relator: FRANCISCO DONIZETE GOMES
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Orgão Julgador: PRIMEIRA TURMA
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. REGISTRO. AUSÊNCIA DE OBRIGATORIEDADE. ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA. INEXIGIBILIDADE. DUPLO REGISTRO. INVIABILIDADE.
1. A exigibilidade de inscrição junto ao Conselho Profissional é determinada pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela pessoa jurídica (art. 1º da Lei nº 6.830/1980).
2. Demonstrada a ausência de correlação da atividade da empresa e aquela sujeita à fiscalização pelo Conselho, descabe a obrigatoriedade de inscrição e a consequente contratação de responsável técnico.
3. A duplicidade de registro é vetada pelo próprio Ministério do Trabalho, a quem incumbe administrar as atividades dos Conselhos Regionais de registro profissional.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 8/28

Acórdão
Classe: AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO
Processo: 5009256-29.2020.4.04.0000
Data da Decisão: 28/07/2020
Relator: VÂNIA HACK DE ALMEIDA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Orgão Julgador: TERCEIRA TURMA
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento ao agravo de instrumento, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA. ENSINO SUPERIOR. NECESSIDADE DE REGISTRO PERANTE O **CREA**. DESPROVIMENTO.
1. Analisando a legislação que rege o registro de profissionais junto ao **CREA**, verifica-se que inexiste disposição de que o curso de engenharia esteja registrado perante o Conselho para que o profissional possa fazer a sua inscrição.
2. O **CREA** não tem legitimidade para verificar se os concluintes do Curso receberam ou não os conteúdos mínimos nos cursos de engenharia, arquitetura ou agronomia, especialmente se a criação do curso foi autorizada pelo Ministério da Educação e Cultura e se houve posterior reconhecimento, como é o caso dos autos.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 9/28

Acórdão
Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL
Processo: 5012190-16.2019.4.04.7009
UF: PR
Data da Decisão: 03/06/2020
Relatora: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Orgão Julgador: QUARTA TURMA
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, dar parcial provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONSELHO PROFISSIONAL. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA. ATIVIDADE BÁSICA. REGISTRO. (DES)NECESSIDADE.
- O critério legal para a obrigatoriedade de registro perante os conselhos profissionais, bem como para a contratação de profissional de qualificação específica, é determinado pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa.
- As atividades relacionadas à fabricação e comércio de alimentos não se enquadram na categoria de serviços de engenharia, arquitetura ou agronomia, o que afasta a necessidade de registro perante o órgão fiscalizador exequente.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 10/28

Acórdão
Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL
Processo: 5010150-47.2018.4.04.7122
UF: RS
Data da Decisão: 12/02/2020
Relator: ALEXANDRE GONÇALVES LIPPEL
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Orgão Julgador: PRIMEIRA TURMA
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CONSELHO PROFISSIONAL. FABRICAÇÃO DE COMPONENTES DE BORRACHA. ATIVIDADE BÁSICA. REGISTRO E RESPONSÁVEL TÉCNICO. INEXIGIBILIDADE. DUPLO REGISTRO. INVIABILIDADE.
A obrigatoriedade do registro de empresa e do profissional de engenharia química junto ao órgão profissional é determinada por sua atividade-fim. Empresa que opera no ramo de fabricação de componentes de borracha e de material plástico não está obrigada a inscrever-se no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e a contratar responsável técnico, pois não desenvolve atividade típica de engenharia. Precedentes.
A duplicidade de registro é vetada pelo próprio Ministério do Trabalho, a quem incumbe administrar as atividades dos Conselhos Regionais de registro profissional.
Afastada a obrigatoriedade do registro da empresa junto ao órgão profissional, por sua atividade estar fora do alcance fiscalizador do conselho, inexiste fato gerador da contribuição.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 11/28

Acórdão
Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL
Processo: 5052890-86.2018.4.04.7100
Data da Decisão: 14/08/2019
UF: RS
Relator: ALEXANDRE GONÇALVES LIPPEL
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Orgão Julgador: PRIMEIRA TURMA
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONSELHO PROFISSIONAL. REGISTRO. RAMO ALIMENTÍCIO. FISCALIZAÇÃO.
1. A sujeição da pessoa jurídica ao órgão de fiscalização profissional depende do efetivo exercício de atividade básica caracterizada como privilégio profissional. Precedentes.
2. Empresas que se dedicam a atividades relacionadas à fabricação e comércio de alimentos não se enquadram na categoria de serviços de engenharia, arquitetura ou agronomia, não estando sujeitas a fiscalização do CREA. Precedentes.
3. Possuindo a empresa autora registro no Conselho Regional de Química e mantendo responsável técnico em seus quadros, não pode ela ser compelida a fazê-lo também junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, por ser vedada a duplicidade de registros. Precedentes.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 12/28

Acórdão
Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL
Processo: 5000399-05.2018.4.04.7100
Data da Decisão: 16/07/2019
UF: RS
Relatora: VÂNIA HACK DE ALMEIDA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Orgão Julgador: TERCEIRA TURMA
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento ao recurso de apelação interposto pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/RS e dar provimento ao recurso de apelação da parte autora, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. QUÍMICO. REGISTRO DESNECESSIDADE.
1. A atividade básica da empresa define a qual conselho de classe ela pertence, nos termos do que dispõe o artigo 1º da Lei 6.839/80, a qual versa sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício das profissões.
2. No caso, o demandante comprovou o registro e a anotação de responsável técnico perante o Conselho de Química, afigurando-se, portanto, inexigível o registro perante o Conselho de Engenharia em virtude das mesmas atividades.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 13/28

Número: 5067136-24.2017.4.04.7100

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (AC)
Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: QUARTA TURMA
Data: 03/04/2019
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. CREA. FABRICAÇÃO DE SUB-PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL. ATIVIDADES SUJEITAS À FISCALIZAÇÃO DO CRQ. DESNECESSIDADE DE REGISTRO NO CREA.
1. Nos termos do art. 1º da Lei nº 6.839/80, é a atividade básica da pessoa jurídica o critério a ser considerado quanto à necessidade de se fazer o registro no Conselho competente.
2. As atividades de indústria de tratamento de superfície e atividade no processo de formulação, fabricação e comercialização de produtos químicos estão sujeitas à fiscalização do CRQ, o que afasta a necessidade de registro perante o CREA.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 14/28

Acórdão
Classe: - Apelação/Remessa Necessária
Processo: 5002587-87.2017.4.04.7008
UF: PR
Data da Decisão: 21/03/2019
Relatora: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Orgão Julgador: QUARTA TURMA
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CERCEAMENTO DE DEFESA. CONSELHO REGIONAL DE CLASSE. ATIVIDADE BÁSICA. VÍNCULO JURÍDICO. RESPONSABILIDADE TÉCNICA. (DES)NECESSIDADE.
- Ao magistrado cabe a tarefa de conduzir o processo, determinando as provas necessárias à instrução do feito e indeferindo diligências inúteis ou meramente protelatórias.
- A atividade básica da empresa determina a qual conselho de fiscalização profissional deverá submeter-se.
A autora está vinculada ao Conselho Regional de Química justamente em razão da sua atividade-fim, mantendo ainda profissional Químico como responsável técnico, sendo vedada a duplicidade de registros em conselhos de fiscalização.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 15/28

Número: 5006984-73.2018.4.04.7100

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (AC)
Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: QUARTA TURMA
Data: 27/02/2019
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. CREA. FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS. ATIVIDADES SUJEITAS À FISCALIZAÇÃO DO CRQ. DESNECESSIDADE DE REGISTRO NO CREA.
1. Nos termos do art. 1º da Lei nº 6.839/80, é a atividade básica da pessoa jurídica o critério a ser considerado quanto à necessidade de se fazer o registro no Conselho competente.
2. As atividades de indústria de tratamento de superfície e atividade no processo de formulação, fabricação e comercialização de produtos químicos estão sujeitas à fiscalização do CRQ, o que afasta a necessidade de registro perante o CREA.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 16/28

Número: 5001806-13.2018.4.04.7111

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (AC)
Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: QUARTA TURMA
Data: 27/02/2019
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. TRATAMENTO DE RESÍDUOS. ATIVIDADE SUJEITA À FISCALIZAÇÃO DO CRQ. DESNECESSIDADE DE REGISTRO NO CREA.
1. Nos termos do art. 1º da Lei nº 6.839/80, é a atividade básica da pessoa jurídica o critério a ser considerado quanto à necessidade de se fazer o registro no Conselho competente.
2. As atividades de tratamento de resíduos químicos estão sujeitas à fiscalização do CRQ, o que afasta a necessidade de registro perante o CREA, bem como a multa por ele aplicada.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 17/28

Acórdão
Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL
Processo: 5000250-55.2018.4.04.7117
Data da Decisão: 05/12/2018
UF: RS
Relatora: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Orgão Julgador: QUARTA TURMA
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região decidiu, por unanimidade negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONSELHO PROFISSIONAL ATIVIDADE BÁSICA. REGISTRO. (DES)NECESSIDADE.
- O critério legal para a obrigatoriedade de registro perante os conselhos profissionais, bem como para a contratação de profissional de qualificação específica, é determinado pela atividade básica ou pela natureza dos serviços prestados pela empresa
- A empresa que tem como atividade "indústria de massas alimentícias, fabricação de pães, bolos e equivalentes industrializados", não guarda, nos termos da Lei 5.194/66, relação com o exercício profissional da engenharia ou da agronomia.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 18/28

Número: 5023519-05.2017.4.04.7200
Classe: APELAÇÃO / REMESSA NECESSÁRIA (ApelRemNec)
Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO FAVRETO
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 04/09/2018
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, decidiu negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA - CREA. COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO, ARMAZENAMENTO E GESTÃO DE RESÍDUOS. REGISTRO E CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL DA ÁREA QUÍMICA. OBRIGATORIEDADE.
1. Nos termos do art. 1º da Lei nº 6.839/80, é a atividade básica da pessoa jurídica o critério a ser considerado quanto à necessidade de se fazer o registro no Conselho competente.
2. No caso em tela, as atividades de "coleta, transporte de produtos químicos e perigosos; gerenciamento, armazenamento temporário e destinação final de resíduos: sólidos, líquidos e pastosos nas Classes I, IIA, IIB; reciclagem de materiais metálicos e não-metálicos, limpos ou contaminados com limpeza e lavagem de plásticos; organização, manuseio, separação e preparo de resíduos para reciclagem ou destinação via co-processamento ou aterro industrial; atendimento em emergência e acidentes ambientais; assessoria e consultoria industrial; locação de tambores, caçambas poliguindastes, retro-escavadeira, carretas e caminhões diversos, etc; comércio de produtos e equipamentos utilizados em atendimentos emergenciais para preservação, proteção e conservação do meio ambiente; tratamento ou destinação final de afluentes e águas residuárias, comércio varejista de materiais reciclados - sucatas e imunização e controle de pragas urbanas" estão sujeitas à fiscalização do CRQ, o que afasta a necessidade de registro perante o CREA, bem como a multa por ele aplicada.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 19/28

Número: 5000947-98.2016.4.04.7100

Classe: APELAÇÃO CIVEL (AC)
Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 21/08/2018
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, decidiu negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO. CRITÉRIO DE VINCULAÇÃO. ATIVIDADE BÁSICA. EMPRESA DO RAMO DE QUÍMICA. REGISTRO JUNTO AO CREA. INEXIGIBILIDADE.
1. O critério de vinculação da empresa ao conselho profissional está diretamente relacionado com a atividade básica que é explorada ou com os serviços prestados a terceiros, nos termos do artigo 1º da Lei 6.839/80.
2. Empresa cuja atividade principal consiste no comércio atacadista de Material de Construção, comércio varejista de material de construção, comércio atacadista de produtos químicos e comércio varejista de produtos químicos, não é obrigada a inscrever-se no CREA, uma vez que já se encontra devidamente inscrita junto ao CRQ.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 20/28

Acórdão
Classe: - Apelação/Remessa Necessária
Processo: 5035014-64.2017.4.04.7000
UF: PR
Data da Decisão: 13/03/2018
Relator: ROGERIO FAVRETO
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Orgão Julgador: TERCEIRA TURMA
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, decidiu negar provimento à apelação e à remessa necessária, nos termos da fundamentação supra, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA. DUPLO REGISTRO PROFISSIONAL. CRQ E CREA. ATIVIDADE EXERCIDA PREPONDERANTEMENTE relacionada À QUÍMICA. fabricação de adubos e fertilizantes. inscrita junto ao crq. INEXIGIBILIDADE DE REGISTRO NO CREA.
1. A obrigatoriedade de registro de uma empresa a determinado órgão de fiscalização profissional depende de plena adequação de sua atividade básica, constante em seu contrato social, com as disposições legais encontradas na lei que regula as atividades do referido conselho.
2. No caso, a demanda versa sobre a obrigatoriedade de inscrição, nos quadros do CREA, de empresa cuja atividade básica, inscrita no estatuto social (fabricação de adubos e fertilizantes), não pertence ao ramo de engenharia, mas sim de química, motivo pelo qual a empresa registrou-se no CRQ e contratou responsável técnico a ele vinculado.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 21/28

Acórdão
Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL
Processo: 5030481-53.2017.4.04.7100
UF: RS
Data da Decisão: 13/03/2018
Relator: ROGERIO FAVRETO
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Orgão Julgador: TERCEIRA TURMA
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, decidiu negar provimento à apelação, nos termos da fundamentação supra, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. CREA/RS. ATIVIDADE BÁSICA. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FIAMBRES, MATADOURO E açougue DE ANIMAIS. REGISTRO E RESPONSÁVEL TÉCNICO. INEXIGILIDADE. MULTA. NÃO CABIMENTO
1. Nos termos do art. 1 da Lei 5.194/66, constituem atividades típicas da profissão de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo o aproveitamento e utilização de recursos naturais, edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos, bem como instalações e meio de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres.
2. Após a entrada em vigor da Lei n.º 6.839/80, que trata do registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, o critério para a exigência de inscrição no órgão de classe é a atividade básica desenvolvida pela empresa, segundo a orientação prevista em seu artigo 1º.
3. O objeto social da empresa é indústria e comércio de fiambres, matadouro e açougue de animais. Percebe-se que a atividade básica da parte apelada, embora seja na lida com produtos de origem animal, e aparentemente ligada ao art. 5, alínea "e", da Lei 5.194/66 não exige a contratação e acompanhamento de Engenheiro Agrônomo, muito menos registro no CREA.
4. Desse modo, a empresa não está obrigada a registrar-se no CREA e nem a contratar profissional engenheiro agrônomo, tendo em vista que sua atividade básica não constitui atividade sujeita à fiscalização do respectivo Conselho. Além do, em razão de suas atividades, encontra-se registrada no CRQ, portanto, há impossibilidade de duplicidade de registros.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 22/28

Número: 5011049-61.2016.4.04.7107

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (AC)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO FAVRETO
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 13/03/2018
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, decidiu negar provimento à apelação, nos termos da fundamentação supra, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. CREA/RS. ATIVIDADE BÁSICA. galvanoplastia em cromo duro. REGISTRO E RESPONSÁVEL TÉCNICO. INEXIGILIDADE. MULTA. NÃO CABIMENTO

1. Nos termos do art. 1 da Lei 5.194/66, constituem atividades típicas da profissão de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo o aproveitamento e utilização de recursos naturais, edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos, bem como instalações e meio de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres.
2. Após a entrada em vigor da Lei n.º 6.839/80, que trata do registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, o critério para a exigência de inscrição no órgão de classe é a atividade básica desenvolvida pela empresa, segundo a orientação prevista em seu artigo 1º.
3. O objeto social da empresa é a galvanoplastia, revestimento especial em cromo duro. A atividade básica da parte apelada não exige a contratação e acompanhamento de Engenheiro Agrônomo, muito menos registro no CREA.
4. Desse modo, a empresa não está obrigada a registrar-se no CREA e nem a contratar profissional engenheiro agrônomo, tendo em vista que sua atividade básica não constitui atividade sujeita à fiscalização do respectivo Conselho. Somando-se ainda, que razão de suas atividades, encontra-se registrada no CRQ, portanto, há impossibilidade de duplicidade de registros.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 23/28

Número: 5005620-50.2015.4.04.7204

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (AC)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL ROGERIO FAVRETO
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 14/11/2017
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, decidiu negar provimento à apelação, nos termos da fundamentação supra, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. EMPRESA REGULARIZADA JUNTO AO CRQ. PROFISSIONAL INSCRITA NO CRQ. ENSAIO DE RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO. REGISTRO PERANTE O CREA. DESNECESSIDADE. EXERCÍCIO IRREGULAR DA PROFISSÃO DE ENGENHARIA CIVIL. NÃO CARACTERIZADO. AUTUAÇÃO. NÃO CABIMENTO. DANO MORAL. NÃO ADMITIDO.
1. Na Lei nº 6.839/80, que trata do registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, o critério para a exigência de inscrição no órgão de classe é a atividade básica desenvolvida pela empresa, segundo a orientação prevista em seu artigo 1º.
2. Nos termos do art. 1º da Lei nº 5.194/66, constituem atividades típicas da profissão de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo o aproveitamento e utilização de recursos naturais, edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos, bem como instalações e meio de acesso a costas, cursos e massas de água e extensões terrestres.
3. As atividades exercidas pela autora não estão sujeitas à fiscalização do CREA, tampouco configuram causa de inscrição, contratação de responsável técnico ou aplicação de penalidades, pois não são afetas à área da Engenharia ou Agronomia.
4. Reparação por dano moral não admitida.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 24/28

Número: 5000408-74.2017.4.04.7108

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (AC)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL VÂNIA HACK DE ALMEIDA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 22/08/2017
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia 3a. Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONSELHOS PROFISSIONAIS. FABRICANTE DE SUBPRODUTOS DO COURO. RAMO DA QUÍMICA. REGISTRO JUNTO AO CREA. INEXIGIBILIDADE.
1. Após a entrada em vigor da Lei n.º 6.839/80, que trata do registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, o critério para a exigência de inscrição no órgão de classe é a atividade básica desenvolvida pela empresa, segundo a orientação prevista em seu artigo 1º.
2. Na hipótese, a atividade básica da empresa não pertence ao ramo da engenharia, mas sim da química, motivo pelo qual a empresa registrou-se no CRQ e contratou responsável técnico a ele vinculado.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 25/28

Número: 5020118-51.2015.4.04.7108

Classe: APELAÇÃO CÍVEL (AC)
Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL FERNANDO QUADROS DA SILVA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Órgão julgador: TERCEIRA TURMA
Data: 30/05/2017
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. CONSELHOS PROFISSIONAIS. ATIVIDADE BÁSICA. ART. 1º DA LEI 6.839/80. ARTEFATOS DE BORRACHA. RAMO DE QUÍMICA. REGISTRO JUNTO AO CREA. INEXIGIBILIDADE.
1. Após a entrada em vigor da Lei n.º 6.839/80, que trata do registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões, o critério para a exigência de inscrição no órgão de classe é a atividade básica desenvolvida pela empresa, segundo a orientação prevista em seu artigo 1º.
2. Na hipótese, a atividade básica da empresa não pertence ao ramo da engenharia, mas sim da química, motivo pelo qual a empresa registrou-se no CRQ e contratou responsável técnico a ele vinculado.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 26/28

Acórdão
Classe: - Apelação/Remessa Necessária
Processo: 5002988-08.2016.4.04.7110
UF: RS
Data da Decisão: 22/03/2017
Relatora: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Orgão Julgador: QUARTA TURMA
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação e à remessa oficial, nos termos do relatório, voto e notas taquigráficas que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. CREA. INDÚSTRIA DO RAMO ALIMENTÍCIO. CONSERVAS DE FRUTAS. REGISTRO E RESPONSÁVEL TÉCNICO. (DES)NECESSIDADE.
- O critério a ser utilizado para a obrigatoriedade de registro nos conselhos profissionais é a atividade básica da empresa ou a natureza dos serviços prestados por ela.
- A empresa que tem como atividade a industrialização e a comercialização de produtos alimentícios, especialmente conservas de frutas, não está obrigada a efetuar inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA.
- A atividade básica da empresa é relacionada à área da química, sendo que a mesma já está vinculada ao respectivo Conselho de Fiscalização. Impossibilidade de ser exigido da empresa a duplicidade de registros. Precedentes desta Corte.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 27/28

Acórdão
Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL
Processo: 5001638-88.2016.4.04.7108
UF: RS
Data da Decisão: 21/02/2017
Relator: RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Orgão Julgador: TERCEIRA TURMA
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Colenda 3a. Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO. CRITÉRIO DE VINCULAÇÃO. ATIVIDADE BÁSICA. EMPRESA DO RAMO DE QUÍMICA. REGISTRO JUNTO AO CREA. INEXIGIBILIDADE.
- O critério de vinculação da empresa ao conselho profissional está diretamente relacionado com a atividade básica que é explorada ou com os serviços prestados a terceiros, nos termos do artigo 1º da Lei 6.839/80.
- Empresa cuja atividade principal consiste na indústria, no comércio e na representação de produtos químicos para calçados, artefatos e componentes não é obrigada a inscrever-se no CREA, pois a atividade básica não pertence ao ramo da engenharia, e sim ao da química.

EMENTA DO TRF 4ª REGIÃO Nº 28/28

Acórdão
Classe: AC - APELAÇÃO CIVEL
Processo: 5013982-38.2015.4.04.7108
UF: RS
Data da Decisão: 09/03/2016
Relator: RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA
Origem: TRF - QUARTA REGIÃO
Orgão Julgador: TERCEIRA TURMA
Decisão: Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Colenda 3a. Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. EMPRESA DO RAMO DE QUÍMICA. REGISTRO JUNTO AO CREA. INEXIGIBILIDADE.
1. O critério de vinculação da empresa com o Conselho Profissional está diretamente relacionado com a atividade básica que é explorada ou com os serviços prestados a terceiros, nos termos do art. 1º da Lei nº 6.839/80.
2. Caso em que não há obrigatoriedade de inscrição da empresa nos quadros do CREA, pois a atividade básica não pertence ao ramo da engenharia, mas sim da química, motivo pelo qual a empresa é registrada no CRQ.

FONTES DE REFERÊNCIAS

Portal da Justiça Federal. Disponível em: www.cjf.jus.br. Acesso em: 25 nov 2021 às 09:30:21.

Supremo Tribunal Federal. Disponível em: www.stf.jus.br. Acesso em: 25 nov 2021 às 12:00:10.

Superior Tribunal de Justiça. Disponível em: www.stj.jus.br. Acesso em: 25 nov 2021 às 16:12:31.

Tribunal Regional Federal 1ª Região. Disponível em: www.trf1.jus.br. Acesso em: 09 dez 2021 às 9:25:15.

Tribunal Regional Federal 2ª Região. Disponível em: www.trf2.jus.br. Acesso em: 13 dez 2021 às 08:50:25.

Tribunal Regional Federal 3ª Região. Disponível em: www.trf3.jus.br. Acesso em 13 dez 2021 às 17:00:03.

Tribunal Regional Federal 4ª Região. Disponível em: www.trf4.jus.br. Acesso em: 13 dez 2021 às 18:15:15.

Tribunal Regional Federal 5ª Região. Disponível em: www.trf5.jus.br. Acesso em: 13 dez 2021 às 08:10:23.

CRQ - 4ª REGIÃO
SÃO PAULO
LEI Nº 2.800 DE 18 DE JUNHO DE 1956

www.crqsp.org.br

Gerência Jurídica do CRQ-IV/SP - juridico@crqsp.org.br

Conselho Regional de Química - IV Região (São Paulo)